

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

ODAIR DE SOUZA

**A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE PAULO LOPES/SC E SUA INTERFACE COM A RELIGIÃO E GÊNERO**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

ODAIR DE SOUZA

**A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE PAULO LOPES/SC E SUA INTERFACE COM A RELIGIÃO E GÊNERO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização EaD:
Gênero e Diversidade na Escola, como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na
Escola

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Meinberg de Albuquerque
Maranhão Filho

FLORIANÓPOLIS
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Odair de

A construção do Plano Municipal de Educação no município de Paulo Lopes/SC e sua interface com a religião e gênero / Odair de Souza ; orientador, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho - Florianópolis, SC, 2016.
63 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1.Gênero. 3. Legislação. 4. Plano Municipal de Educação. 5. Religião. 6. Educação. I. Maranhão Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

ODAIR DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES/SC E SUA INTERFACE COM A RELIGIÃO E GÊNERO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

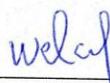
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

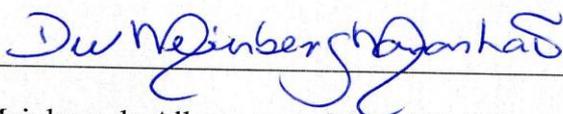


Olga Regina Zigelli Garcia

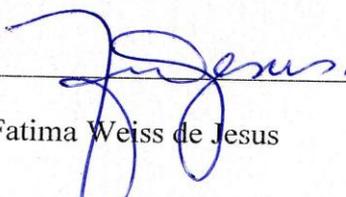
Banca Examinadora:



Tania Welter



Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho



Fatima Weiss de Jesus

Dedicatória

Dedico esta monografia à minha esposa, Sandra Fernandes de Souza, e ao meu filho, que em breve nascerá, Bernardo Fernandes de Souza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa pela paciência e compreensão aos meus momentos de “silêncio” para com tudo e para com todos, para pensar esta monografia e escrevê-la.

Agradeço aos/às vereadores/as e aos membros da sociedade civil do município de Paulo Lopes que, tão gentilmente, disponibilizaram-se a responder ao questionário para esta pesquisa.

Agradeço à equipe técnica do GDE que sempre nos auxiliaram, disponibilizando-nos, sempre em tempo hábil, as informações solicitadas.

A todos os professores e professoras do GDE, envolvidos neste projeto, e que acreditaram que, a partir dessa especialização, poderemos desenvolver uma educação mais humana e inclusiva.

Registro aqui, também, um agradecimento, em especial, pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC), por meio do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), gerido pelo SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação), na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração, em cinco cidades de diversas regiões de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, aos investimentos que, durante os últimos 13 anos, possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate à fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo, depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004, e possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que, infelizmente, não se concretizou em uma política de estado, ao contrário, e que vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Meu agradecimento especial ao professor Dr. Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, pelas considerações, orientações, correções e revisões nas diversas etapas deste trabalho.

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam – Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que corre o sangue,
em que o arbitrário tem força de lei,
em que a humanidade se desumaniza
não digam, nunca: isso é natural,
a fim de que nada passe por ser imutável
(Bertolt Brecht)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar a construção do Plano Municipal de Educação (2015-2025), no município de Paulo Lopes/SC, e suas interfaces com a religião e gênero. Pretende-se, no decorrer do texto, investigar como a religião influenciou e influencia na formulação de políticas públicas, sobretudo, nas temáticas relacionadas às questões de gênero.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação; Gênero; Religião; Legislação.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the construction of the Municipal Education Plan (2015-2025) in the Paulo Lopes County, located in Santa Catarina, and its interfaces with religion and gender. We intend, in this text, to investigate how religion influenced and influences the public politics formulation, mainly in the themes related to gender issues.

Keywords: Municipal Education Plan; Gender; Religion; Legislation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis.

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCSC – Proposta Curricular de Santa Catarina

PEE – Plano Estadual de Educação

PL – Paulo Lopes

PNE – Plano Nacional de Educação

PME – Plano Municipal de Educação

PME/PL – Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes.

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. Introdução.	12
2. Capítulo I - Religião e gênero: breves considerações.	19
3. Capítulo II – Política pública municipal: religião e gênero no Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes/SC – um breve relato.	23
4. Capítulo III – Olhar dos/as vereadores/as e grupos religiosos nas questões de gênero na escola: percepções.	32
5. Capítulo IV – E então, o que é essa tal “ideologia de gênero”?	43
6. Capítulo V – Dialogando com os/as autores/as.	46
7. Considerações finais.	54
8. Referências.	56

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento e o saber não se dão a passos largos e imediatos, construindo-se, antes, de pequenas trajetórias. Assim foi o meu percurso nos estudos de gênero que também se deu de forma gradativa, profunda e muito gratificante. Iniciei meus estudos na temática de gênero quando em, 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ofereceu o curso de extensão: “Educação para a Diversidade e Cidadania”¹. Entre os cinco módulos estudados, o módulo quatro, (Educação de temas específicos), em especial, chamou-me a atenção, despertando-me a curiosidade, pois a unidade dois trazia como título: Gênero e Diversidade Sexual. Nesta unidade, o módulo enfocava o conceito de gênero, a trajetória dos estudos de gênero, movimento feminista, movimento LGBT, os papéis de gênero, o que é identidade de gênero, sexualidade e reprodução, homossexualidades, transvestilidades, transexualidades, entre outros temas abordados. Além de oferecer uma série de *sites*, vídeos, filmes, livros, entre outros, para aprofundamento do tema. Este curso foi um dos primeiros a me provocar a querer estudar cada vez mais esta temática, para poder lidar adequadamente com os adolescentes e jovens que chegam à escola com muitas dúvidas em relação a gênero e sexualidades.

Em 2012, a UFSC oferece o Curso de Ensino a Distância Gênero e Diversidade na Escola². Esta extensão tinha como foco principal os estudos de gênero e nela pude aperfeiçoar, aprofundar e desenvolver cada vez mais os temas apreendidos no curso anterior, Educação para a Diversidade e Cidadania. Inclusive, durante o curso, desenvolvi um projeto com alunos/as da 8ª série, (atualmente denominado 9º Ano), na Escola Básica Dr. Ivo Silveira, para participar de um concurso de cartazes³, promovido pelo NIGS, (Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades, UFSC), quando os/as estudantes tiveram uma boa recepção ao projeto.

¹ Curso oferecido pela Universidade Aberta do Brasil, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e núcleo de pesquisas MOVER, no período de 01 de outubro de 2009 a 30 de maio de 2010, com carga horária de 240 horas.

² Curso oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 20 de agosto de 2012 a 30 de junho de 2013, com carga horária de 200 horas.

³ Trata-se do V Concurso de Cartazes, com o tema “Homofobia, lesbofobia, transfobia e heterossexismo, promovido pelo NIGS, no ano de 2014.

E, por fim, para avançar nos estudos de gênero, iniciei, em 2015, a Especialização “Gênero e Diversidade na Escola”⁴, que me trouxe forte aparato teórico-conceitual, aperfeiçoando-me cada vez mais, na busca de coragem e ousadia para inserir no ambiente escolar, em especial, nas salas de aulas, discussões sobre movimento feminista, os conceitos e história do movimento LGBT, o combate à homofobia, transfobia e toda e qualquer forma de discriminação, bem como a violência contra a mulher, entre outros. Esta monografia é fruto da exigência dessa especialização. Estes estudos levaram-me a enxergar e a ter uma percepção mais nítida das violências cometidas contra as mulheres, os/as homossexuais, os/as transexuais, enfim, contra aqueles que apresentam uma orientação sexual/afetiva diferente da maioria das pessoas, ou seja, diferente das heterossexualidades e da família tradicional, patriarcal. Notei que, quanto mais pessoas se afastavam da orientação heteronormativas, mais violências elas sofriam, como se pode ver nas reportagens apresentadas abaixo:

A revista *Época*, de 1º de julho de 2013, que tem como título de capa: “Mulheres agredidas”, mencionava que “sete em cada dez mulheres no mundo passarão por algum episódio de violência física ou sexual ao longo da vida” ou “o país ocupa a 7ª posição *no ranking* de países com maiores índices de homicídio feminino no mundo”, bem como, “em 2011 quarenta e sete mil vítimas de violência física foram atendidas no sistema público de saúde” e, por fim, “entre 1980 e 2010, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, 43,7 mil somente nas últimas décadas”⁵ (*Época*, 2013).

De acordo com o site “Grupo *Gay* da Bahia – GGB”⁶

Segundo o banco de dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), atualizados diariamente no site QUEM A HOMOTRANSFOBIA MATOU HOJE? 318 LGBT foram assassinados no Brasil em 2015: um crime de ódio a cada 27 horas: 52% gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais. A homofobia mata inclusive pessoas não

⁴ Curso de Especialização oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Ministério da Educação) e financiado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

⁵ DAUDEN, Laura. Mulheres sob ataque. **ISTO É**. São Paulo. Ano 37. nº 2259, pp. 46-51, 06 de março/2013.

⁶ ASSASSINATOS DE LGBT NO BRASIL: RELATÓRIO 2015. Disponível <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>. Acesso em 5/11/2016.

LGBT: 7% de heterossexuais confundidos com gays e 1% de amantes de travestis. Fonte – (Grupo Gay da Bahia).

Com estes dados percebe-se o quanto uma parte significativa da população brasileira é intolerante e preconceituosa com as pessoas que apresentam uma orientação sexual/afetiva⁷ diferente da maioria. Uma sociedade onde a heterossexualidade⁸ ainda é padrão normativo de sexualidade e onde todas as outras sexualidades⁹ são consideradas “condutas desviantes ou pecadoras”.

Para minimizar um pouco o sofrimento de mulheres, homossexuais, travestis e transexuais, como os que foram mencionados no início desta introdução, mediante mobilização da sociedade civil, o governo federal promoveu uma série de ações¹⁰, documentos¹¹, bem como programas¹² e projetos¹³ que procuram educar para a convivência com a diversidade sexual. Aliás, falando em educar, é na educação que este

⁷ Orientação sexual – refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objeto de desejo e afeto. Hoje são conhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional pelo “sexo oposto”); a homossexualidade (atração física e emocional pelo “mesmo sexo”); e a bissexualidade (atração física e emocional pelo “mesmo sexo” ou pelo “sexo oposto”). (Brasília, s/autor, 2009.p.79). Segundo Maranhão, (2012, p.29), atualmente existem outras orientações sexuais como gays, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, pansexuais e assexuais.

⁸ Heterossexualidade – atração sexual por pessoa de outro gênero e relacionamento afetivo-sexual com elas. (Brasília, s/autor, 2012. p.47).

⁹ Sexualidades – refere-se sobre as elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem, desde o erotismo, desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas. (Brasília: s/autor, 2012, p. 112).

¹⁰ Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, número de telefone de central de atendimento à mulher, em nível nacional, para denúncias de violências contra mulheres, 0 180, a aprovação da Lei Maria da Penha (11.340/2006), Programa Mulher - Viver sem violências, criado em 30 de agosto de 2013, entre outros.

¹¹ Plano Nacional da Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); Lei do Nome Social (Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016.).

¹² Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, pelo governo federal.

¹³ Lançamento do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, em 2005. Projeto de educação à distância gênero e diversidade na escola (2006), para professores em nível de extensão e, posteriormente, em nível de especialização.

processo deve começar, pois entendemos que o processo educativo, bem como o currículo, a didática, a metodologia do ensino, enfim, todos os elementos que constituem o processo ensino-aprendizagem não possuem neutralidade. São frutos de disputas políticas e ideológicas, elencadas no interior das instituições, sejam elas políticas, religiosas, econômicas, ou outras. Todas essas instituições elaboram seus projetos de educação para garantir qualidade inclusiva de ensino que insira os diversos atores sociais que compõem a educação pública na escola e garanta, por meio da educação, uma possibilidade de cidadania plena a todos/as os/as brasileiros/as.

Entre as instituições responsáveis por elencar caminhos, rumos e metas para a educação pública brasileira e adequação aos princípios constitucionais como “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer forma de discriminação” (C.F. art.3º, inciso 4º), estabelecida na Constituição, temos o Ministério da Educação e Cultura (MEC), que, ao pretender pensar uma educação mais participativa e mais democrática, estabelece, por meio da Portaria nº 1.410, de 03 de dezembro de 2012, as conferências de educação (CONAES)¹⁴, sendo que já aconteceram as conferências estaduais, municipais e, por último, a grande conferência nacional de educação/CNE, que sintetizou e sistematizou as demandas da sociedade brasileira, apresentadas nas CONAES municipais e estaduais.

Entre os termos apresentados no documento final da CONAE 2014, está o eixo II: “Educação e Diversidade, Justiça social, Inclusão e Direitos humanos”, que procura, entre outros, garantir cidadania plena, com garantias dos direitos humanos, as chamadas “categorias marginalizadas socialmente”, entre elas, o movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros), ou, em outras palavras, discutir “gênero na educação”. O Documento – final CONAE 2014¹⁵, menciona que

Historicamente os movimentos feministas, indígenas, negros, quilombolas, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros),

¹⁴ Portaria nº 1.410, de 03 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a II Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014. Disponível em Diário Oficial da União – seção I, nº 233, terça-feira, 04 de dezembro de 2012.

¹⁵ Documento Final CONAE 2014. Pode ser acessado em <https://drive.google.com/file/d/0B1raLKSfORICRmRldXdNb0hVdmc/view?usp=sharing>. Acesso em 25/11/2016.

ambientalistas, do campo, das pessoas com deficiência, entre outros, denunciam as ações de violência, desrespeito aos direitos humanos, intolerância religiosa e toda a forma de fundamentalismos, racismo, sexismo, homofobia (rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão de sexualidade diferente dos padrões heteronormativos. A homofobia frequentemente é manifestada em inúmeras ações discriminatórias, não raro as violentas, que apontam para o ódio baseado na orientação sexual do/a outro/a. A lesbofobia representa a rejeição e/ou a aversão às lésbicas, expressão mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT; a transfobia representa a rejeição e/ou a aversão às transexuais, segundo o manual de comunicação da ABLGBT, e a segregação incide sobre os coletivos sociorraciais, considerados diversos. (CONAE, 2014, p.29).

Portanto, no parágrafo acima, está descrita uma das demandas da sociedade expressa nas conferências municipais e estaduais, ou seja, as discussões de gênero referentes à orientação sexual e afetiva nas escolas, havendo a necessidade dessa categoria de estudo ser incluído no Plano Nacional de Educação/PNE (2014-2024). Porém, após ampla discussão no Congresso Nacional e grande pressão por parte, sobretudo, da bancada evangélica, conforme mencionado em diversos *sites* e mídias eletrônicas, como “conservadorismo e bancada evangélica ferem igualdade de gênero, diz governo”¹⁶, “texto-base do PNE é aprovado sem ideologia de gênero”¹⁷. As temáticas relacionadas às questões de gênero foram retiradas do texto final do PNE (2014 – 2024).

O PNE servia e serve como referência para os demais planos: estaduais e municipais de educação. Assim, o que houve foi um verdadeiro “efeito cascata”, onde várias assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais de vereadores, também retiraram o termo gênero e outros termos decorrentes dos planos de educação, como mencionou o Jornal Folha de São Paulo, no dia 25 de junho de 2015¹⁸. Os legisladores,

¹⁶ Conservadorismo e bancada evangélica freiam igualdade de gênero, diz governo. Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/conservadorismo-bancada-evangelica-freiam-igualdade-de-generos-diz-governo-15539562>. Acesso em 07 de agosto de 2016.

¹⁷ Texto-base do PNE é aprovado sem ideologia de gênero. Disponível em <http://www.rccbrasil.org.br/institucional/index.php/artigos/938-texto-base-do-pne-e-aprovado-sem-ideologia-de-genero>. Acesso em 7 de agosto de 2016.

¹⁸ BRITO Patrícia & REIS, Lucas. Por pressão, planos de educação de oito estados excluem “Ideologia de gênero”. Folha de São Paulo. 25/06/2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em 7 de agosto de 2016.

pressionados pela bancada evangélica, e por setores conservadores da sociedade brasileira, e inspirados no PNE, retiraram dos respectivos planos a necessidade das discussões de gênero e de orientação sexual/afetiva nas escolas.

No município de Paulo Lopes/SC, não foi diferente. Após ampla discussão nas audiências públicas (onde todos os grupos interessados foram convidados a participar), as relações de gênero foram incluídas no pré-projeto do PME, porém, na Câmara Municipal de Vereadores, os/as legisladore/as, também devido à pressão de pastores e outros sujeitos participantes do processo, bem como de uma parte das pessoas presentes na referida sessão da câmara, retiraram a categoria gênero e seus termos correlatos, como orientação sexual/afetiva e diversidade sexual do PME/PL, supondo-se, com isso, que não havia necessidade dos estudos destes temas nas escolas. Portanto, é a partir dessa realidade que esta pesquisa se apresenta, como destacamos a seguir:

- Compreender como se aconteceu a construção do Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes e suas interfaces com a religião e gênero;

- Analisar, à luz dos estudos de gênero, as falas dos vereadores e demais sujeitos participantes do processo, ao argumentar contra ou favorável a Gênero no Plano;

- Verificar, por meio de questionário, de que forma a retirada do termo gênero e seus derivados do Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes, compromete uma educação equilibrada, equitativa, não homofóbica e humanitária nas escolas do município;

- Verificar, em que medida, a religião influenciou na aprovação do PME do município;

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, transcrevi partes do áudio da sessão da Câmara de Vereadores, do dia 24 de junho de 2015¹⁹, quando houve a aprovação do PME/Paulo Lopes, utilizando como metodologia o questionário, feito com os/as vereadores/as, assim distribuídos: nove vereadores/as que aprovaram o Plano Municipal de Educação, uma representante da Igreja Católica, um representante da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, um representante da Igreja Evangélica Palavra Viva, um representante da Igreja Escudo da Fé, uma professora, a Secretaria Municipal

¹⁹ Acesse aqui o link do áudio que narra a sessão da Câmara Municipal de Paulo Lopes que aprovou o Plano Municipal de Educação, sem o termo gênero e termos derivados do Plano. <https://www.youtube.com/watch?v=uyXJLpT1Pag> . Acesso em 12/12/2016.

de Educação, bem como transcrevi e analisei trechos de áudio da referida sessão, onde a categoria gênero foi discutido. Todos/as estavam presentes e participaram ativamente da aprovação do PME e, inclusive, usaram a tribuna da Câmara, no dia da votação (24 de junho de 2015) do PME, para defenderem seus argumentos.

Com isso, a pesquisa pretendeu focar por que os vereadores agiram daquela forma durante suas manifestações na Câmara Municipal de Vereadores: quais motivos, quais justificativas, quais seriam, futuramente, as consequências para as crianças e adolescentes da retirada da categoria de estudos de gênero, orientação sexual/afetiva e diversidade sexual do plano municipal de educação.

Como referencial teórico, para este trabalho, utilizei autores/as como Louro (1997), que tematiza sobre escola e gênero, Joana Maria Pedro (2015), que nos traz um estudo sobre o percurso histórico dos estudos de gênero, Bourdieu (2008), para trabalhar as questões da construção social dos corpos e das violências simbólicas, e Furlani (2011) que aborda as questões de gênero e sexualidade nas salas de aula.

Capítulo I – Religião e gênero: breves considerações

A religiosidade é um elemento constitutivo das sociedades humanas. A antropologia registra o aparecimento da religiosidade humana nos primeiros grupos humanos, que se convencionou chamar de pré-históricos, “pois se reconhece que o padrão religioso é universal (não se tem conhecimento de povo que não tenha suas crenças e não realize seus rituais)” (MELLO, 1982, p.390). Desde a pré-história, passando pelas sociedades orientais (Egito, Fenícia, Pérsia) e pelas sociedades mediterrâneas (Grécia e Roma), bem como em toda a Idade Média, a religiosidade tem se tornado um componente social fundamental para os seres humanos vivenciarem suas experiências, para a elaboração de valores, construção de sonhos, pensarem a vida, enfim, com o objetivo de dar um real significado à sua existência.

O brasileiro é herdeiro desta religiosidade. Fomos colonizados por portugueses, de religião católica, e, por isso, durante séculos, a população brasileira tem sido majoritariamente católica, embora, muitas de suas crenças sejam sincretizadas e ressignificadas com as contribuições das práticas religiosas africanas e indígenas. Não há de se negar, no entanto, que sempre existiram no Brasil outras culturas religiosas, já durante o período colonial, oriundas da Reforma Protestante, do século XVII, na Europa, como calvinistas, puritanos, entre outros, bem como judeus-novos.

Porém, a maioria da população era e continua sendo majoritariamente católica, como apresentam os dados do IBGE e informações da mídia eletrônica, como se apresenta abaixo:

O Brasil ainda é a maior nação católica do mundo, mas, na última década, a Igreja teve uma redução da ordem de 1,7 milhões de fiéis, levando a um encolhimento de 12,2%. Os dados são da nova etapa de divulgação do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tendência de redução dos católicos e de expansão das correntes evangélicas era algo já esperado. Mas, pela primeira vez, o Censo detecta uma queda em números absolutos. Antes do levantamento de 2010, o quadro era apenas de crescimento de católicos em ritmo cada vez menor. Mantida essa tendência, em, no máximo, 30 anos, católicos e evangélicos estarão empatados em tamanho na população. (AZEREDO, 2012).

No entanto, esses dados parecem mudar ou já mudaram, pois uma matéria da revista Superinteressante, em 2004, anunciava que

Há meio século, os evangélicos são a religião que mais cresce no país. Nos últimos 20 anos, mais do que triplicou o número de fiéis: de 7,8

milhões de pessoas, em 1980, para 26,4 milhões em 2001, um pulo de 6,6% para 15,6% da população brasileira. Em algumas cidades, foram criados vagões de trem exclusivos para crentes, em que as pessoas podem viajar ouvindo pregações bíblicas. Em outras, não parece longe o dia em que eles representarão mais de 50% dos habitantes. Com mais de 400 anos de atraso, finalmente estamos sentindo os efeitos da reforma protestante que varreu a Europa no século 16. (GWERCMAN, 2004)

No Brasil, o movimento da inserção da cultura evangélica inicia-se por volta de 1910, com a inauguração da Congregação Cristã no Brasil, pelo pastor protestante Luigi Francescon e, em 1911, é inaugurada a Igreja Assembleia de Deus (FERNANDES, 2006, p.71).

De lá para cá, segundo Rubeneide Oliveira Lima Fernandes (2006, p.77), os evangélicos, em especial, os das Assembleias de Deus, aumentaram consideravelmente o número de fiéis e, somando-se a esses, apareceram, nos últimos 30 anos, outros grupos evangélicos conhecidos como neopentecostais, tais como, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, só para citar os mais conhecidos, entre tantos outros grupos evangélicos que surgiram nas últimas décadas.

Esses grupos, tanto evangélicos pentecostais²⁰, quanto neopentecostais²¹, ao perceberem sua influência e aceitação na população brasileira, começaram a se inserir na política institucional, indicando nome de homens e mulheres (membros de suas igrejas) a se candidatarem a diversos cargos políticos públicos (vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores, etc.), recebendo, a maioria deles, um número significativo de votos e influenciando diretamente nas decisões políticas do país, inclusive, nos rumos das políticas públicas²².

²⁰ O pentecostalismo está intimamente ligado a traços culturais estrangeiros, tais como manifestações do batismo no Espírito Santo e a glossolalia – fenômeno de falar em línguas estrangeiras, assim como no dia de Pentecostes, como narrado no capítulo 2 do livro bíblico do Ato dos Apóstolos. (MACEDO, 2007, p.76)

²¹ Movimento da chamada 3ª onda do movimento pentecostal brasileiro que, além de enfatizar o batismo no Espírito Santo e a glossolalia, dão ênfase à chamada libertação dos demônios ou espíritos malignos, possessões espirituais ou exorcismos, nominando e buscando soluções para os males que afligem o adepto na vida cotidiana. (MACEDO, 2007, p. 81)

²² Souza, apud BUCCI (2002, p. 94), define políticas públicas como um conjunto de ações ou normas de iniciativas governamentais, visando à concretização de direitos.

Um dos fatos esclarecedores desta tendência foi quando o governo federal, por pressão da bancada evangélica conservadora do Congresso Nacional, teve que retirar²³ das escolas o kit²⁴ de materiais educativos relacionados à temática de educação sexual e gênero que o MEC (Ministério da Educação e Cultura) havia comprado para destinar a todas as unidades escolares do país, e que seria usado por professores/as e educadores/as em geral, para combater a homofobia nas escolas. O famoso material ficou popularmente conhecido como “kit gay”, pois os setores conservadores afirmavam que o referido kit, ao invés de estimular a reflexão para a compreensão dos estudos de gênero e sexualidade, estava fortalecendo a construção de “uma cultura gay no país”.

Outra polêmica que se estabeleceu no Congresso Nacional foi quando o deputado federal Marco Feliciano (PSC), ligado à ala conservadora evangélica, assumiu em 2010²⁵, a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias, da Câmara dos Deputados, impondo uma pauta reacionária e conservadora em relação à população LGBT, além de ser acusado de racista e homofóbico. O deputado sofreu forte pressão por parte da sociedade, inclusive com repercussão nas redes sociais,²⁶ mas conseguiu permanecer no cargo até final de seu mandato.

A partir dessas duas reportagens, vimos como esses/as parlamentares, após eleitos/as, ao assumirem suas funções nos diversos cargos públicos (seja no executivo ou no legislativo), ao invés de acatarem uma pauta política com foco no respeito à

²³ PASSARINHO, Nathália. Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz Ministro. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>. Acesso em 25/11/2016

²⁴ Projeto de distribuir nas escolas kits contra a homofobia provoca debates. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contr-homofobia-provoca-debate.html>. Acesso em 25 de novembro de 2016.

²⁵ BRAGA, Isabel. Pastor Marco Feliciano assume a Comissão de Direitos Humanos. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/pastor-marco-feliciano-assume-comissao-de-direitos-humanos-7767447>

Acesso em 25/11/2016

²⁶ Campanha “Feliciano não me representa” reforça protestos contra Pastor. Disponível em <https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/campanha-feliciano-nao-me-representa-reforca-protestos-contr-pastor,b3d12f001c3ad310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em 25/11/2016.

diversidade, promoção de políticas públicas de igualdade, respeito aos direitos humanos fundamentais dos seres humanos têm se desviado, em sua grande maioria, para um conjunto de princípios e regras fundamentadas na bíblia e nos princípios judaico-cristãos, impondo uma pauta conservadora, sobretudo, quando se trata de temas ligados à sexualidade, ferindo, com isso, os princípios do estado laico, garantidos constitucionalmente.

Assim, conforme Sandra Duarte de Souza,

Os evangélicos, têm se inserido, cada vez mais, no campo político, conquistando uma crescente representação nos poderes públicos, participando efetivamente da definição da agenda política em todos os níveis. Sua participação na vida política partidária brasileira é marcada por forte corporativismo e fisiologismo, além de evidenciar a predominância de posturas mais conservadoras e tradicionalistas por parte de seus representantes políticos. (...), Porém, ao que tange aos temas mais diretamente ligados à sexualidade, pode-se verificar uma maior propensão ao conservadorismo moral, sendo esta também a tendência de parte do eleitorado. (SOUZA, 2013, p. 184)

De qualquer forma o fato é que os/as parlamentares evangélicos/as, juntamente com outros/as parlamentares que representam os interesses da igreja católica, estabeleceram, como pauta moral, também as lutas contra as demandas do movimento LGBT.

Consequentemente, visto que estes grupos têm sido impedidos de terem suas reivindicações atendidas via parlamento, como casamento homoafetivo, reconhecimento do nome social, política de segurança e proteção - os mesmos reivindicam que, ao menos no sistema educacional, sejam garantidos, por meio de leis, o direito ao respeito, a não homofobia, e o combate aos preconceitos, discriminações e a uma educação para a inclusão nas escolas e processos educativos, o que deveria ser protagonizado no PNE, PEE e PME, conforme veremos no capítulo seguinte.

Capítulo II: Política pública municipal: religião e gênero no Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes - um breve relato

Paulo Lopes é um município que se localiza, aproximadamente, a 60 km da capital de Santa Catarina (Florianópolis), com composição religiosa de sua população de, aproximadamente, 4.591 pessoas de religião católica apostólica romana e de 1.533 pessoas de religião evangélica (IBGE, censo 2010)²⁷. Essas religiões evangélicas são de diferentes denominações, como Palavra Viva, Escudo da Fé, Deus é Amor, Assembleia de Deus, entre outras. Mas todas convergem em um ponto em comum: só aceitam práticas sexuais heteronormativas e a chamada família natural criada por Deus, segundo suas crenças cristãs. Pelos dados acima, percebemos que o número de pessoas de religião evangélica é considerável no município, e isto, certamente, é um fator marcante, no sentido em que estas pessoas têm seus filhos/as com estas identidades religiosas, o que se reflete na escola, como local que deveria estar reservado à implementação de políticas públicas do governo federal, estadual ou municipal. E quando essas políticas públicas não se encaixam nos princípios religiosos de suas crenças ou fé religiosa dos pais ou familiares dos/as alunos/alunas, o embate acontece. Foi o que aconteceu com a inclusão da categoria de estudos de gênero no pré-projeto do PME 2015- 2025.

O documento final da CONAE 2014 enfatiza a necessidade de se elaborarem planos estaduais e municipais de educação. Na sua introdução, se lê:

Este Documento Final, resultado das deliberações da Conae/2014, constitui importante referencial para o processo de mobilização e o debate permanente entre educadores e entidades da sociedade civil organizada, comprometida com a educação, na perspectiva de articular o sistema nacional de educação na ocasião da implementação e avaliação do Plano Nacional de Educação e dos correspondentes planos decenais dos estados, Distrito Federal e *municípios*. (CONAE, 2014, p. 12)

Assim, segundo as diretrizes do documento final CONAE 2014, o MEC estabeleceu prazos para que os estados e municípios ajustem ou construam seus planos de educação. Neste sentido, a data limite foi definida para 24 de junho de 2015.

²⁷ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421230&idtema=16&search=santa-catarina|paulo-lopes|sintese-das-informacoes> . Acesso em 06/11/2016.

O município de Paulo Lopes não tinha o seu plano de educação elaborado, embora possua um pré-projeto, desde 2008, esperando a apreciação e aprovação na câmara de vereadores local.

Portanto, a partir dessa orientação do MEC, o executivo municipal, via Secretaria Municipal de Educação, convidou todas as instituições públicas municipais e estaduais (escolas municipais e estadual, secretaria municipal de educação, saúde, agricultura, assistência social, câmara de vereadores, igrejas e ONGs, e toda a sociedade civil) a participarem, em duas audiências públicas, ocorridas em 15 de maio de 2015 e 02 de junho de 2015, para que pudessem, de forma coletiva e democrática, elaborar o PME/PL. Ainda antes das audiências públicas, houve trabalhos e estudos de equipe técnica e discussão, em 18 grupos de trabalho.

Nos grupos de trabalho e nas audiências públicas, um dos temas introduzidos nas metas e estratégias foi a inserção de temáticas relacionadas aos estudos de gênero, identidade sexual, diversidade sexual, orientação sexual e afetiva e sexualidades, seguindo as orientações do Documento Referência CONAE 2014, que, no seu eixo II intitulado: Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos, menciona que

O tema Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos constitui o eixo central da educação e objeto da política educacional. Diz respeito à efetivação da educação pública democrática, popular, laica e com qualidade social, banindo o proselitismo, o racismo, o machismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia e a transfobia nas instituições educativas de todos os níveis, etapas e modalidades. (CONAE, 2014, p.29)

Ainda estabelece a necessidade de se trabalharem questões de gênero e termos como “desrespeito, diferença, discriminação, homofobia, identidade de gênero, igualdade, intolerância, justiça, lesbofobia, machismo, movimento feminista, orientação sexual, segregação, sexismo, transfobia, entre outros”. (KLEIN, 2015, p. 140)

Assim, o documento preliminar ficou pronto e foi para apreciação e votação na Câmara Municipal de Vereadores de Paulo Lopes, no dia 24 de junho de 2015, por meio do Projeto de Lei nº 24/2015.²⁸

²⁸ O Documento preliminar do Projeto de Lei nº 24/2015, que veio como resultado das audiências públicas, pode ser consultado neste link: <https://drive.google.com/file/d/0B1raLKSfORICVmh4Q2Y1aW5iczg/view?usp=sharing>

O documento preliminar, chegando às comissões de educação na Câmara municipal de Paulo Lopes, já sofreu modificações, com a introdução de diversas emendas modificativas que alteraram o texto original já por conta de pressão de populares que ficaram sabendo da inserção dos termos gênero, orientação sexual/afetiva e identidade sexual e sexualidades, no projeto original.

O ritual da Casa Legislativa dizia que, mesmo que os vereadores já tivessem elaborado as emendas modificativas, precisavam apresentá-las ao plenário, apreciar e votar a matéria. Porém, antes da apreciação e votação, o presidente da Câmara abriu espaço, para que, de acordo com o Artigo 58 da Lei Orgânica do Município, as pessoas inscritas pudessem usar a tribuna da Câmara e se manifestarem contrários ou favoráveis à inserção das questões de gênero no Plano. Assim, teve início o embate político e ideológico, pois os mais diferentes segmentos sociais, que lá se encontravam, na maioria, religiosos, posicionaram-se contrários a categoria de estudos de gênero no Plano.

A maioria dos argumentos apresentados estava relacionada à naturalização do sexo biológico e à manutenção da família tradicional criada por Deus: pai (homem) mãe (mulher), filhos e filhas.

Portanto, para compreender melhor como foi esse movimento, foram transcritas partes dos discursos proferidos no dia.

A representante da Igreja Católica iniciou dizendo: “venho como mãe, cristã e católica”, e “estamos, há alguns dias, lutando contra a ideologia de gênero e os termos dele derivados”. Ela sugere, ainda, que, como os legisladores do Congresso Nacional retiraram toda a menção à palavra gênero e orientação sexual, os legisladores municipais devem retirar qualquer palavra que “interprete a sexualidade homem/mulher dissociada de corpo, que ataque a família natural ou que ferem os direitos dos pais educarem seus filhos”.

Cita uma nota da CNBB, onde menciona que²⁹ “homem e mulher, ele os criou” (Genesis 1,17). E finaliza sob fortes aplausos, solicitando a retirada de qualquer menção à gênero no PME/PL.

²⁹ Nota da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), publicado em 18 de junho de 2015. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16732:cnbb-divulga-nota-sobre-a-inclusao-da-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao&catid=114&Itemid=106

Ainda em outro discurso, o representante da Igreja Evangélica Assembléia de Deus menciona que “é ligado à ideologia conservadora com ideias ligadas a valores morais e sociais da sociedade”. Cita um versículo bíblico do livro de Genesis 1.27: “e criou Deus o homem à sua imagem, a imagem de Deus os criou, macho e fêmea os criou”³⁰. Para reforçar sua tese, “Deus criou macho e fêmea, macho e fêmea os criou”, e que isso foi reforçado por Jesus no livro Evangelho de Marcos 10, 6-9.

Finaliza dizendo que “a instituição da família foi deixada por Deus, no início da humanidade” e que “é o adversário de nossas almas que quer destruir os valores morais e espirituais da sociedade em todos os sentidos, e solicito, em nome da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, que retirem essas emendas do plano”.

Outro pastor relata que “Deus criou macho e fêmea, macho e fêmea os criou. Não podemos ir contra um princípio estabelecido”, e solicita aos vereadores que “votem pela família e nunca votem em algo que irá romper com os critérios de Deus”.

E, por fim, outro pastor enfatiza que “é o inferno que quer destruir o que Deus criou: homem e mulher. Este ataque é um ataque do inferno, porque isto aqui é uma luta espiritual”, mas diz que “já venceram porque as portas do inferno não prevalecerão contra a igreja”, conforme referenciado no livro bíblico Evangelho de Mateus 16, 18 e termina sob fortes aplausos, dizendo que, se os vereadores votassem isso (referindo-se à palavra gênero), eles iriam prestar contas diante de Deus.

Os/as vereadores/as, ao usar a tribuna e o tempo necessário para suas argumentações, trouxeram as mais diferentes abordagens para a temática gênero.

Um/a dos/as vereadores/as presentes à Câmara fez uma alusão ao Plano Nacional de Educação, dizendo que, se o PNE retirou os termos relacionados a gênero, a Câmara municipal de Paulo Lopes teria que seguir o que mencionava o Artigo 8º do PNE, textualmente citado: “Os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar os seus respectivos planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei”. E sugere substituir a palavra gênero por diversidade, conforme vontade da comunidade. Ainda outro vereador pediu que se apresentasse, antes da votação das emendas modificativas, um vídeo de Damares Alves, que é pastora e assessora jurídica da Frente Parlamentar da Família da Câmara dos

³⁰ Bíblia de Estudo Pentecostal, Almeida Revista e Corrigida, Ed. CPAD, 2002.

Deputados e, na época, andava demonizando a suposta ideologia de gênero nas igrejas e nas câmaras de vereadores. Ainda o mesmo vereador criticou as audiências públicas e disse que houve pouco tempo para discussões. A pastora, no vídeo, incitou os/as vereadores/as a não votarem sobre ideologia de gênero e chama a população à câmara de vereadores para impedir que se vote a suposta ideologia de gênero nos planos de educação municipais. E finalizou dizendo que quer uma educação contra toda a discriminação.

No momento da discussão das metas e estratégias que abordavam as questões de gênero outro/a vereador/a mencionou que “as duas audiências públicas foram insuficientes para discutir o assunto e que houve erro ao não ser explicado meta por meta, estratégia por estratégia”. Já outro/a comentou que “entendemos gênero como gênero, número e grau”. Mais ainda, “que votar e discutir um plano dessa magnitude em dez dias é tempo insuficiente”, sentindo-se inseguro para votar o referido plano. Informou que só votaria esse texto para que o município não parasse de receber recursos para a educação³¹.

Outro/a vereador/a ainda comentou que a maioria deles não participou das audiências públicas, mas que, mesmo assim, teve uma comissão de vereadores/as que analisou todo o plano e, inclusive, a palavra gênero no plano e que, durante todo o tempo, foram abordados por populares na rua, pedindo a retirada do termo e que deve-se votar de acordo com o que pede a maioria. Também enfatizou que o plano deveria ser mais discutido. Em tempo, outro/a vereador/a pediu para discutir e diz que “o debate da semana foi bom. Debate com as pessoas que apresentaram suas argumentações favoráveis ou contra”. Falou, ainda, que “houve a participação de muita gente e que a única palavra que provocou polêmica foi gênero”. Argumentou que sugeriu na comissão que houvesse a troca da palavra gênero por diversidade. Este vereador fez uma pesquisa e foi o que mais se aproximou do conceito de gênero usado pelos pesquisadores da área.

³¹O MEC estipulou o prazo até junho de 2015, para que todos os municípios elaborassem e aprovassem os seus respectivos planos de educação, pois, se não o fizessem, correriam o risco de ficar sem os recursos financeiros oriundos do mesmo. Acesse a informação disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/21162-estados-e-municipios-tem-prazo-ate-24-de-junho-para-aprovar-suas-diretrizes-e-metas-para-2024>

Este vereador terminou dizendo que como o PNE baniu a palavra gênero, ele também votaria contra a mesma.

Uma vereadora afirmou que “houve discussões nas audiências públicas, sim, e que professores/as da rede estadual e municipal estavam lá e que, em nenhum momento este termo foi desconsiderado ou pedido para ser retirado. Mas que houve discussão das metas por metas e estratégias por estratégias”. Diz que a palavra gênero não foi discutida ao ser mencionada no Plano, mas que votaria de acordo com o que pede a sociedade e “aqueles/as as quais eu represento. Voto pela família e por valores que represento e, portanto, sem a palavra gênero”. Ainda outro vereador falou que a única pessoa que realmente esclareceu a eles foi quando uma moradora local, trouxe um cidadão de Brusque/SC de nome Humberto³², e que este que apresentou esclarecimento bastante racional e político sobre esta questão polêmica. Ainda outro vereador/a falou que recebeu materiais dos deputados federais³³ e que tinha embasamento suficiente para votar as emendas. Após longas discussões, as emendas foram votadas e, por unanimidade, e sob fortes aplausos dos ouvintes, a palavra gênero e seus derivados como orientação sexual e diversidade sexual/afetiva foram retirados e desconsiderados no texto legal.

Segue abaixo o texto original e as modificações promovidas pelas emendas dos legisladores.

A Meta 1, que aborda a educação infantil, na estratégia 1.16, mencionava: “assegurar espaços lúdicos de interatividade, considerando a diversidade étnica, de

³² Entre os documentos encaminhados por email de Brusque a todas as câmaras de vereadores foi o ofício GRUPIA n° 072/2015, datado de 11 de junho de 2015, e que orientava sob a pretendida ideologia de gênero nos planos municipais e estaduais de educação. Acesse o documento em <https://drive.google.com/file/d/0B1raLKSfORICVHc1SGNpcGFFMVk/view?usp=sharing>. Outro documento também enviado por email pela mesma entidade foi o ofício GRUPIA n° 076/2015 que tinha como ementa a ideologia de gênero nos planos municipais de Santa Catarina. Acesse esse documento em <https://drive.google.com/file/d/0B1raLKSfORICNFI0RHE1RU1NMG8/view?usp=sharing>.

³³ Um dos documentos ao qual o vereador se refere é um ofício encaminhado pelo Deputado Federal Eros Biondini – PTB/MG, que orientava os vereadores a seguirem as determinações do PNE e votarem sem ideologia de gênero nos planos municipais de educação. O documento pode ser acessado em <https://drive.google.com/file/d/0B1raLKSfORICaDRrWXltTzZzMHc/view?usp=sharing>

gênero, e sociocultural, tais como: brinquedotecas, contos de faz de contos, bibliotecas infantis e parques infantis”. No texto legal, ficou assim: “assegurar espaços lúdicos de interatividade a todas as crianças, considerando todo o tipo de *diversidade*, tais como brinquedoteca, contos de faz de conta, bibliotecas infantis e parques infantis. A estratégia 1.20, ainda da Meta 1, considerava que deveríamos “avaliar a proposta curricular do município para a educação infantil que respeite a cultura do campo e a diversidade étnico-racial, ambiental e de *gênero*, bem como o ritmo, as necessidades e especificidades das crianças com deficiências, com transtorno globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação”. Esse texto passou a vigorar da seguinte forma: “avaliar a proposta curricular do município para a educação infantil que respeite a cultura do campo e todo o tipo de *diversidade*, bem como o ritmo, as necessidades e especificidades das crianças com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação”.

A Meta 2, que trata do ensino de 9 anos, na estratégia 2.25, citava: “definir e garantir padrões de qualidade em regime de colaboração com os sistemas de ensino, incluindo a igualdade de condições para acesso e permanência e aprendizagem de todos os alunos do ensino fundamental, independente de credo, religião, etnia e *gênero*”. O texto aprovado ficou assim constituído: “definir e garantir padrões de qualidade em regime de colaboração com os sistemas de ensino, incluindo a igualdade de condições para acesso e permanência e aprendizagem de todos os alunos do ensino fundamental, independente de credo, religião, etnia e *diversidade*”.

A estratégia 2.38 assegurava que “as escolas, em seu projeto político-pedagógico, deveriam abordar a educação ambiental como prática integrada, bem como educação em direitos humanos, identidade sexual e de *gênero*”. Ficando assim, após as emendas modificativas: “as escolas, em seu projeto político-pedagógico, devem abordar a educação ambiental como prática integrada, contínua e permanente, bem como educação em direitos humanos, e *prevenção de preconceitos ou quaisquer formas de discriminação*”.

A Meta 3, que cita a possibilidade da universalização do ensino até 2016 a toda a população de 15 a 17 anos, em sua estratégia 3.10, apontava a necessidade do “estímulo à participação dos alunos do Ensino Médio, em palestra como *orientação sexual* ou uso de drogas, oportunizadas pela Secretaria Municipal de Educação”. O texto votado ficou: “estímulo à participação dos alunos do Ensino Médio em palestra sobre *doenças*

sexualmente transmissíveis e uso de drogas e bebidas, oportunizadas pela Secretaria Municipal de Educação”.

Na Meta 11, que tem como objetivo auxiliar e triplicar as matrículas na educação profissional técnica de nível médio, a estratégia 11.9 indicava que se deveria “difundir programas de formação continuada para docentes e funcionários das áreas técnicas e administrativas que atuavam na educação profissionalizante, garantindo a abrangência de temas como: legislação, educação, etnia, *gênero*, cidadania, direitos humanos, entre outros”. Passou a vigorar com o seguinte texto: “difundir programas de formação continuada para docentes e funcionários das áreas técnicas e administrativas que atuavam na educação profissionalizante, garantindo a abrangência de temas como: legislação, educação, etnia, cidadania, direitos humanos, entre outros”.

Já a Meta 12 objetivava “garantir, através de parcerias público/privada, a melhoria na qualidade na educação superior.(...) A estratégia 12.8: “colaborar com a União e o estado, na implementação de políticas de inclusão e de ações afirmativas, na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, *lato e strictu senso*, para estudantes, sem distinção de credo, raça, etnia e *gênero*”, passando a vigorar da seguinte forma: “garantir, através de parcerias público/privada, a melhoria na qualidade na educação superior (...). A estratégia 12.8 assim se colocou: “colaborar com a União e o estado, na implementação de políticas de inclusão e de ações afirmativas na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, *lato e strictu senso*, para estudantes, sem distinção de credo, raça, etnia”.

A partir das mudanças acima enunciadas, percebe-se que a palavra *gênero* foi suprimida de duas das metas elencadas pelas audiências públicas, em três metas a palavra *gênero* foi substituída por diversidade e em duas das metas, foram substituídas por outras palavras. A estratégia 2.38, que assegurava que “as escolas em seu projeto deveriam abordar a educação ambiental como prática integrada, bem como educação em direitos humanos, identidade sexual e de *gênero*”, a palavra *gênero* foi substituída por prevenção de preconceitos e quaisquer formas de discriminação.

Na meta 3, a elocução referente à estratégia 3.10, “ estímulo à participação dos alunos do Ensino Médio em palestras, como orientação sexual”, ficou substituído por palestra sobre “doenças sexualmente transmissíveis”.

Assim, concluíram os/as vereadores/as a sessão da noite, dando por encerrada a sessão extraordinária.

É importante lembrar que, após essa votação, o referido Plano Municipal de Educação seguiu para sanção do Executivo, que se recusou a assinar a presente lei, devido a uma série de metas e estratégias de ordem econômica, com o que o prefeito não concordava. O Executivo, não assinando a lei, o Presidente da Câmara, usando de suas prerrogativas, promulga o Plano (Plano Municipal de Educação – 2015-2025), em 25 de agosto de 2015, como Lei nº 1648³⁴, e publicada no Diário Oficial dos Municípios (página 372), em 26 de agosto de 2015.

³⁴ O Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes (2015 – 2025) pode ser acessado no endereço abaixo:

<https://drive.google.com/file/d/0B1raLKSfORICZi1JQm00OVFab3c/view?usp=sharing>

Capítulo III: O olhar dos/as vereadores/as e grupos religiosos e as questões de gênero na escola – percepções

O objetivo do presente capítulo é verificar o que mudou no olhar dos/as vereadores/as e dos demais sujeitos que usaram a tribuna da Câmara no dia da votação do PME, em relação aos estudos de gênero nas unidades escolares e sua implantação no Plano nas próximas revisões do mesmo, pois faz um ano da votação do referido plano e as posturas e princípios ideológicos podem ser modificados a partir de estudos, pesquisas, entre outros estudos e discussões.

É importante lembrar, também, que, em uma nota pública, tratando especificamente sobre a introdução dos estudos de gêneros nos planos municipais de educação, datada de 1º de setembro de 2015, o CNE sugere, em seu item 5, que “a ausência ou insuficiência de tratamento das referidas singularidades fazem com que os planos de educação que assim os tratem sejam tidos como incompletos e que, por isso, devem ser objeto de revisão”. (Nota pública do CNE)³⁵.

Para fazer esta investigação, procedeu-se à entrega de questionário às pessoas (vereadores/as e demais sujeitos do processo) para que respondessem a algumas perguntas.

Foram entregues questionários para 07 (sete) vereadores e 02 (duas) vereadoras, 06 (seis) pessoas da sociedade civil que utilizaram a tribuna na noite da votação do PME para discutirem a inserção das questões de gênero ou não no PME, sendo 04 (quatro) representantes de setores religiosos, uma representante da secretaria de educação do município e uma professora.

Desses questionários, 03 (três) vereadores/as, 02 (dois) representantes de grupos religiosos, uma professora e a secretária municipal de educação/PL devolveram os questionários respondidos. As demais pessoas a quem foram entregues os questionários, perderam ou não quiseram responder e não devolveram.

³⁵ A nota pública do CNE pode ser encontrada neste espaço: <https://drive.google.com/file/d/0B1raLKSfORICc0ZZSGVyaGlycDA/view?usp=sharing>

Neste questionário, para os/as vereadores/as, as perguntas formuladas foram:

1) Você já tinha ouvido falar de gênero, antes desse debate para a aprovação do Plano Municipal de Educação do Município? Para você, o que era gênero? E agora, o que é gênero?

2) Você já tinha ouvido falar em violências relacionadas a gênero ou já presenciou alguma violência de gênero no município?

3) Você votou com conhecimento do tema?

4) Você recebeu ou leu algum material para se embasar, fundamentar e votar contra as questões de gênero? O que diziam esses materiais?

5) Você votou favorável à inclusão do termo gênero e identidade de gênero no Plano Municipal de Educação?

6) Se você votou **NÃO** às questões de gênero e identidade de gênero e relações sexuais/afetivas no Plano Municipal de Educação, assinale nas opções abaixo o que possivelmente o levaram a isso:

() Conhecimento do tema

() Pressão popular;

() Desconhecimento do tema

() A consciência mandou

() Princípios religiosos

7) Você acha que meninos homossexuais, meninas lésbicas e os transexuais podem sofrer preconceitos e discriminações e se evadirem da escola?

8) Quais seriam as políticas públicas importantes, e diretrizes para coibir, minimizar e evitar as práticas discriminatórias, preconceituosas e homofóbicas em relação às crianças e adolescentes que, nas escolas, apresentam uma identidade de gênero diferente da maioria?

9) Qual foi para você, a importância dos pastores e representantes de igrejas, para a eliminação do termo gênero no dia da votação do Plano Municipal da Educação?

10) Você acha que os discursos dos grupos religiosos e demais sujeitos que falaram no dia da votação do Plano enfatizaram a necessidade de se construir uma sociedade mais justa, mais fraterna e com igualdade de gênero nas escolas do município? () sim () não. Justifique.

Para as demais pessoas da sociedade civil, as perguntas foram:

1) Você já tinha ouvido falar em gênero antes desse debate e/ou sessão? Para você o que era gênero? E agora, o que é gênero?

2) Você já tinha ouvido falar em violências relacionadas a gênero ou já presenciou alguma violência de gênero no município?

3) Você, ao “discursar”, argumentou com conhecimento do tema?

4) Você argumentou favorável ou contra a inserção do termo gênero e identidade de gênero no Plano Municipal de Educação do Município? Você recebeu ou leu algum material para embasar e fundamentar suas argumentações? Quais? O que diziam esses materiais?

5) Se você argumentou contra as questões de gênero e identidade de gênero no PME, assinale nas opções abaixo, o que possivelmente o levou a isso:

Conhecimento do tema

Pressão popular

Desconhecimento do tema

A consciência mandou

Princípio religiosos

Outros

6) A sua concepção religiosa influenciou ao argumentar favorável ou contra os estudos de gênero no PME?

7) Você acha que os grupos religiosos em seus discursos enfatizaram a necessidade de se construir uma sociedade, mais justa, fraterna e igualitária, onde não houvesse discriminação em nenhum aspecto na escola, em especial, a homofobia, a transfobia, a lesbofobia?

Sim/não. Por quê?

8) Você acha que a não inclusão de gênero nos planos municipais de educação pode significar violências físicas e simbólicas nas unidades escolares?

9) Você acha que meninos homossexuais, meninas lésbicas e as transexuais bem como outras identidades de gêneros e sexuais, diferentes dos heterossexuais, podem sofrer preconceitos e discriminações e se evadirem da escola?

10) Quais seriam as políticas públicas importantes para coibir, minimizar e evitar as práticas discriminatórias, preconceituosas e homofóbicas, em relação às crianças e adolescentes, que na escola apresentam uma identidade de gênero diferente da maioria?

Análise dos questionamentos

Dos questionários devolvidos, referentes aos grupos religiosos para a **pergunta 1**, todos responderam que “sim”. Um dos religiosos afirmou que “já tinha ouvido falar, e que sempre entendeu gênero como identidade do sexo masculino em sua biologia”. Outro religioso disse que “gênero sempre foi sinônimo de sexo, que distingue o ser humano homem/mulher, macho e fêmea”. E ainda declararam que, sua concepção continua a mesma, sem nenhuma alteração.

Quanto ao posicionamento dos vereadores, um/a destes/as falou que “nunca tinha ouvido falar de gênero e somente entendia gênero como, no português, masculino/feminino e que agora, após discussões de gênero, entende gênero também como um conjunto de diversidade sexual de alguém”. Outro/a vereador/a menciona que “já tinha ouvido falar na mídia, em discussões políticas em outras cidades, mas não tinha uma definição específica formada sobre o tema, o que dificultava tomar uma posição, pois até então gênero estava relacionado ao sexo masculino e feminino nos padrões estabelecidos histórica e culturalmente”. E continua: “atualmente, meu conhecimento sobre o assunto ainda é aquém do que considero necessário, mas poderia definir gênero como uma articulação entre as questões biológicas, emocionais, intelectuais, construídas por meio das relações sociais na constante construção e transformação do ser humano”.

A professora presente, que defendeu a inserção de gênero no PME, falou: “Sim. A questão de gênero está na minha vida, mas a exploração e estudo do tema se aprofundaram na participação como membro do grupo de produção da atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC no ano de 2014. Na oportunidade, foi organizado um grupo de trabalho para o capítulo da Diversidade na PCSC, em que um dos enfoques foi a questão de gênero. Tivemos a presença da professora Dra. Jimena Furlani da UDESC, referência no assunto em Santa Catarina. Vale ressaltar que tudo isto motivou-me a estar presente nas discussões do PME e, particularmente, na sessão da Câmara para aprovação do mesmo. Foi toda uma discussão realizada na elaboração do documento, além da necessidade de intervenção qualificada para desmistificar a questão perante a comunidade. Gênero está associado à construção social e cultural de ser feminino e masculino.

Por fim, a secretária municipal de Educação falou que “sim”. Ela comentou, ainda, que sempre ouviu falar, mas com sentido de masculino e feminino.

Com relação a **pergunta 2 (dois)**, se já se tinha ouvido falar em violências relacionados a gênero ou presenciado alguma violência de gênero em seu município, um dos representantes religiosos disse que “nunca escutou nada sobre e nunca presenciou cenas de violência de gênero no município”. Outro religioso falou: “Sim, já ouvi falar, cresci com um caso de violência feminina sofrida por uma vizinha”.

Uma das vereadoras declarou: “Não, nunca e nunca presenciei nenhum tipo de violência”.

A professora falou que a “violência de gênero é uma rotina em especial no preconceito impregnado nas falas. Como construção cultural está associada à educação que a família dá as crianças e jovens. No município é bem percebido nas escolas, campo em que atuo como professora. Termos pejorativos como “seu viadinho”, “sua machorra” são comuns, bem como as afirmações que “isso é coisa de homem e isso é coisa de mulher”. Também a ênfase dada pelas igrejas evangélicas e grupos católicos tem força na discriminação e discursos inflamados de resistência ao respeito à identidade de gênero. A violência no município é gerada por um discurso de família tradicional e machista, por intolerância religiosa, e como também pela ignorância do poder público e legisladores sobre o tema e a realidade”.

A **pergunta 3 (três)** seguiu caminhos diferentes: Para os vereadores, se seu voto foi com conhecimento de causa? A resposta dada por um/uma deles/as foi sim. Outro/a respondeu que fez leituras de algumas produções acadêmicas sobre gênero, mas não se considera conhecedor do tema ao ponto de ter fundamentação suficiente para convencer os/as cidadãos/ãs que representa. A pergunta para outros sujeitos do processo foi feita desta forma: Você, ao discursar, argumentou com conhecimento do tema? Os membros de grupos religiosos falaram que “sim”, todos discursaram dentro do que estava sendo apresentado sobre o tema, posto que foram informados que seria implantado no PME.

A professora afirmou: “Sim, foi como escrevi na primeira resposta com conhecimento de estudos e causa e também por fazer parte do que se chama “minoria”, dada minha orientação sexual. Minha consciência como professora fez jus a meu comparecimento”.

Outro/a representante de grupos religiosos declarou “Sim. Argumentei de acordo com os conhecimentos adquiridos com o tempo e já li bastante sobre o assunto, pois é um tema que me interessa muito”.

A secretária de educação colocou, sobre o tema, que “está havendo mudanças levando-nos a respeitar as diferenças, sejam elas quais forem e que, com respeito, se chega longe”.

Praticamente no mesmo sentido da pergunta anterior, **a pergunta 4** questionava se os/as participantes tinham recebido algum material de estudos e orientações.

Os religiosos responderam positivamente, que fizeram pesquisas sobre o tema na internet. Uma mulher do grupo religioso, porém, respondeu: “Argumentei contra a inserção de tais termos, recebi, li, acompanhei como pude em âmbito federal. Tenho uma concepção formada sobre o assunto, li materiais, tanto a favor da implantação da chamada “Ideologia de Gênero”, quanto contra e me posiciono contra tal prática. Mesmo entendendo que as pessoas que elaboraram, não tivessem tal intenção ou ambição, o plano de educação tem uma "validade" de 10 anos e não acho saudável deixar caminho aberto a quem tenha. Acredito que o respeito a toda e qualquer diferença deve ser ensinado, mas que a naturalização/normalização do gênero como opção sexual não condiz com a minha concepção, quero ter liberdade de ensinar os meus filhos aquilo em que eu acredito, ensiná-los a respeitar todos, mas não normalizar tal escolha”.

Uma das vereadoras, para essa questão, respondeu que “sim, recebemos vários artigos e pareceres para análise”. Outro/a vereador/a respondeu que recebeu o pré-projeto do Plano Municipal de Educação aprovado nas audiências públicas, num lapso temporal curto, porém buscou notícias sobre gênero em âmbito nacional e artigos científicos.

No quadro político, em relação à aprovação/reprovação dos Planos de Educação, as notícias apresentavam polêmicas nas cidades brasileiras, inclusive com inúmeras reprovações. Já as produções acadêmicas nos levaram a pensar as definições e a abertura de diálogo sobre o tema com a sociedade em geral para a mudança de paradigmas e conquista de atitudes e de respeito à igualdade legal presente na diversidade existente. Uns eram contrários à ideologia de gênero e defendiam que esses

temas não deveriam ser discutidos nas escolas. E outros pareceres defendiam a “ideologia de gênero”.

A professora respondeu ser favorável a um plano municipal da diversidade que respeita as diferenças e não a um modelo padrão de sociedade. Sim, “sou favorável à inserção do tema. É ótimo material para argumento: a Constituição Federal, o Plano Nacional de Direitos Humanos, as Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Básica e a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina – 2014.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, nos seus princípios norteadores da educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, entre outras) e a qualidade da educação (MEC, 2006).

O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (MEC, 1997), que prevêm, nos eixos norteadores da Educação Básica as Relações de Gênero. A Proposta Curricular de Santa Catarina, atualizada no ano de 2014, que indica a DIVERSIDADE como princípio formativo, trabalhando com: Educação para as relações de gênero; educação para a diversidade sexual; educação e prevenção; educação ambiental formal, educação das relações étnico-raciais; e as modalidades de ensino: educação especial; educação escolar indígena; educação do campo e a educação escolar quilombola.

Legitimando os comentários acima, a secretária de educação observa que “nem sempre os materiais lidos colocam sobre as diferenças que existem e sempre existiram. Apenas hoje, mas debatido com pessoas formadoras de opinião que querem colocar certos princípios morais e éticos como se fossem verdade absoluta. Somos seres pensantes e cada um deve assumir sua posição e respeitar o outro”.

A pergunta 5 para os/as vereadores/as era: Você votou favorável à inclusão do termo gênero e identidade de gênero no Plano Municipal de Educação? Sim ou não. Dois/duas vereadores/as responderam que não e não justificaram. Porém um dos/as

vereadores/as respondeu que “votou não, porque tivemos um tempo reduzido para estudar o tema e tomar a decisão. Sentimo-nos inseguros em relação ao conhecimento do assunto, além das manifestações religiosas contrárias, com grande pressão popular para não aprovação de metas sobre gênero no PME” Já, para os demais sujeitos, a pergunta era: Se você argumentou contrário às questões de gênero e identidade de gênero no PME, assinale nas opções abaixo, o que possivelmente o levou a isso:

- a) Conhecimento do tema
- b) Pressão popular
- c) Desconhecimento do tema
- d) A consciência mandou
- e) Princípio religioso
- f) Outros: _____

Entre as respostas fornecidas, um dos religiosos respondeu que argumentou com conhecimento do tema, identificando a letra a. Outro/a respondeu que foi “devido ao conhecimento do tema e princípios religiosos”, e a professora não respondeu a este questionamento, pois foi favorável à inserção de gênero no PME. A secretária de educação concordou com a “letra a”.

A questão 7, para vereadores/as, era: Você acha que meninos homossexuais, meninas lésbicas e os transexuais podem sofrer preconceitos e discriminações e se evadir da escola? Sim, ou não? Para esta pergunta os/as três vereadores/as responderam que não, que meninos e meninas de outra orientação sexual, diferente da heterossexualidade, não podem sofrer discriminação e não se evadem da escola.

A pergunta para os demais grupos era: Você acha que os grupos religiosos em seus discursos enfatizaram a necessidade de se construir uma sociedade, mais justa, fraterna e igualitária, onde não houvesse discriminação em nenhum aspecto na escola, em especial, a homofobia, a transfobia, a lesbofobia? Sim ou não e por quê.

As respostas fornecidas foram: “a proposta da religião deve ser, sempre, em qualquer assunto, promover a paz, a união e o amor entre as pessoas para, com isso, se construir uma sociedade livre de qualquer tipo de discriminação”; já outra/o respondeu que, a partir do momento que se prega o amor, eu acredito que sim. "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei". Outro posicionamento: “Sim, é capaz existir amor entre as

diferenças. Eu posso não concordar com "n" concepções tuas, e te amar, te aceitar, respeitar, enfim. Conviver harmoniosamente”.

A professora respondeu que não. “Foi, pelo contrário, abriram mão dos princípios básicos de humanidade e segregaram os sujeitos sociais. Fizeram um discurso terrorista assustador e as pessoas, em sua maioria, por falta de conhecimento, e por ser a religião e seus pastores e líderes de grupo, sua consciência coletiva, demonizaram o tema. Ainda, o mais grave, o documento PME nem foi lido. Inventaram fatos e possíveis realizações no ambiente escolar que nada tem a ver com o debate sobre gênero. Exemplo: disseram e espalharam que, nas escolas, “não existiria mais banheiro masculino e feminino”, “que os professores definiriam o sexo da criança”. A secretária de educação mencionou que “sim, em seus discursos belos e bem feitos, mas, na prática, ainda está bem longe do ideal de vida, onde é amar e respeitar sem olhar a quem”.

A questão 8, para os/as vereadores/as, era: quais seriam as políticas públicas importantes e diretrizes para coibir, minimizar e evitar as práticas discriminatórias, preconceituosas e homofóbicas em relação às crianças e adolescentes que, nas escolas, apresentam uma identidade de gênero diferente da maioria? E a resposta de uma vereadora foi que, “na realidade, a criança/adolescente ou o adulto que sofre discriminação, preconceito ou homofobia, com certeza a culpa não é da escola ou município, vem de casa. Então, os trabalhos têm que ser realizados com as famílias para que as atitudes discriminatórias sejam excluídas de nosso meio. Sabemos que são várias as formas de preconceito, seja pela religião, raça, gênero, situação financeira, etc. e a escola e o poder público têm que trabalhar para que as famílias sejam instruídas, porque a escola tem a responsabilidade de transmitir conhecimento e não de mudar um caráter”. Um/a vereador/a sinaliza que deverá “haver formação de professores, visando inserir estratégias para que a igualdade de gênero possa estar no currículo e no planejamento das unidades escolares; propor momentos de diálogos sobre gênero, conflitos e evasão escolar, oriundos de práticas discriminatórias, reavaliar o PME, após diálogo e formação de profissionais, e discussões esclarecedoras com a comunidade para a inserção de gênero e cidadania”.

A mesma questão para a sociedade civil foi: “você acha que a não inclusão de gênero nos planos municipais de educação pode significar violências físicas e simbólicas nas unidades escolares?” Um/uma representante de uma das igrejas

ênfatiou: “eu acredito que a unidade escolar deve ensinar o respeito a todos, não somente ou especificamente gênero. Sendo assim, acredito que a igualdade entre todos seja o caminho de um mundo melhor”. A professora respondeu que “a violência já é fato, o que significa a perpetuação da mesma e a falta de oportunidade de qualificarmos a atuação do corpo docente”. E a secretária mencionou que “não, desde que se trabalhe o respeito ao outro”.

A **questão 9** perguntou para os vereadores: Qual a importância dos pastores e representantes de igreja para a eliminação do termo gênero na noite da votação do PME de Paulo Lopes? Um dos vereadores disse que “teve grande valia, pois os dois lados, defenderam suas crenças”. Outro/a vereador/a argumentou que “cada segmento representante da sociedade tem sua importância. As autoridades religiosas apresentaram a teoria de que as igrejas construíram suas respostas lendo e ouvindo seus pares e, também devem ser respeitadas. Certamente houve influência em nossas decisões, haja vista que não temos o conhecimento necessário para argumentar contra a teoria religiosa. E assim, como os/as vereadores/as representam os/as cidadãos/cidadãs, os representantes religiosos representam o grupo que lideram”.

A mesma questão foi formulada de outra forma para os demais participantes: Você acha que meninos homossexuais, meninas lésbicas e as transexuais, bem como outras identidades de gêneros e sexuais, diferentes dos heterossexuais podem sofrer preconceitos e discriminações e se evadir da escola? Sim ou não? Para tal pergunta, vieram respostas para simplesmente “não”, e outras pessoas responderam “sim”. A professora respondeu, também, “sim”.

E, por fim, a **questão 10**, era assim formulada, para os vereadores: Você acha que os discursos dos grupos religiosos e demais sujeitos que falaram no dia da votação do Plano ênfatizaram a necessidade de se construir uma sociedade mais justa, mais fraterna e com igualdade de gênero nas escolas do município? Sim ou não. Justifique. Uma das respostas fornecidas por um/a representante religioso/a foi: “O papel dos grupos religiosos também é o de construir uma sociedade mais justa e fraterna e eles mesmos enfrentam todo o tipo de discriminação por suas crenças e costumes. E, numa sociedade com tantas raças, religiões, identidades diversas, seria impossível viver em total harmonia, pois o que uma religião prega a outra discorda e isto também se dá com

as ideologias de gênero. Mas o que a escola, a igreja e a casa devem transmitir é o respeito mútuo, independente de opiniões”. Um/ vereador/a considerou que “não”. Não contribui para uma sociedade mais justa, mas assim como todos/as os/as vereadores/as e grande parte da sociedade muitas vezes ainda precisam julgar, decidir temas que ainda estão em construção e transformação social. Ou seja, estas autoridades precisam agir em função daquilo em que acreditam. Precisamos decidir olhando prazos estabelecidos, diante de algo que necessita de diálogo e conhecimento para uma decisão mais justa”

Para os demais participantes, a pergunta era: Quais seriam as políticas públicas importantes para coibir, minimizar e evitar as práticas discriminatórias, preconceituosas e homofóbicas em relação às crianças e adolescentes, que, na escola, apresentam uma identidade de gênero diferente da maioria? Vieram as seguintes respostas: “Não seriam necessárias políticas públicas se o respeito e a consideração começasse dentro de casa, respeito aos pais, aos professores, aos servidores públicos. Mas a degradação moral da família está acabando com a sociedade. Por isso, devemos prezar pelos valores da família que é a base para uma sociedade feliz”.

Outra resposta foi: “A cultura do respeito a todos e não a um grupo específico. Que, aliás, em suas passeatas, caminhadas, dias de "orgulho" e, afins, desrespeitam impetuosamente, ferindo, por exemplo, o cristianismo do qual sou adepta. Se fazem de vítimas, mas espalham a cultura do desrespeito e ódio onde passam”. E uma terceira resposta foi: “coisas simples como realização de palestras com todas as famílias no início do ano letivo, com pessoas estudiosas do assunto, e que consigam, de forma didática, elucidar os conflitos. A revisão do PME e inclusão dos estudos de gênero. Seria muito importante uma assessoria para Câmara de Vereadores, já que fica difícil legislar sobre o desconhecido. Formação continuada para gestores e professores/as da rede municipal”.

Por fim, a secretária de educação comenta que “a primeira política pública é consigo mesmo, se aceitar da forma que se é. Depois, respeitando o outro/a dentro de suas limitações, porque, sendo diferente ou não, temos nossos gostos, escolhas, maneiras e comportamentos. Mas algo novo deveria acontecer, como estudo de caso, acompanhamento psicológico, projetos escolares, entre outros, para que, com isto, possamos enaltecer o SER e não o TER, este, talvez, seja o caminho”.

Capítulo IV – E então, o que é essa tal “ideologia de gênero”?

No decorrer das falas dos/as vereadores/as e das pessoas que discursaram no dia da votação do PME/PL, entre todas as metas e estratégias estabelecidas, as que mais foram criticadas, contestadas, negadas, foram as metas e estratégias que continham a suposta “ideologia de gênero”. Mas, afinal, o que essa tal “ideologia de gênero”? Quem as criou? Quais os objetivos de tal ideologia? Realizando uma breve procura em monografias, dissertações, teses, livros, entre outros, pouca pesquisa encontrou-se sobre a propalada “ideologia de gênero”, unicamente por uma coisa muito simples: Tal ideologia de gênero não existe. Não faz parte das pesquisas acadêmicas, dos centros de estudos das universidades, enfim, não é um campo conceitual na área das ciências humanas e social. O que existe são pouquíssimos e raríssimos autores/as que tentam tematizar e problematizar suas implicações discursivas no campo político e educacional.

Uma das pesquisadoras e críticas desse termo no Brasil é a professora Dr^a. Jimena Furlani, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que, no seu canal no *Youtube* “Papo de Corujas”³⁶, na internet, explica detalhadamente e desmitifica as origens, os objetivos, as conseqüências e os/as autores/as desta suposta teoria. A professora possui três vídeos publicados (de um total de seis que ela pretende publicar) denominados, respectivamente: Ideologia de gênero (parte 1/6) – quem criou, por que e para quê? Ideologia de gênero (parte 2/6) – a “teoria da conspiração – de Marx a Butler”, Ideologia de gênero (parte 3/6) – “sexo é da biologia e gênero é da sociedade e da cultura”.

Para tematizar sobre o termo “ideologia de gênero”, aproprio-me do vídeo 1/6 – Ideologia de gênero, quem criou, por que e para quê?³⁷, onde a professora explicita o conceito formulado por seus idealizadores, seus objetivos e conseqüências. Para a pesquisadora

A ideologia de gênero é uma narrativa que surge no interior da Igreja Católica e do movimento internacional e nacional Pró-Vida e Pró-Família com o objetivo de frear, de interromper e, se possível, retroceder as mudanças sociais e políticas, decorrentes no mundo do

³⁶ O canal no youtube “Papo de Corujas” se encontra disponível neste link <https://www.youtube.com/channel/UCV7RgoXb-cYswwRaiJPZUCg> . Acesso em 13/12/2016.

³⁷ FURLANI, Jimena. Ideologia de Gênero – parte 1/6 – Quem criou? Por quê? Para quê? Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O1010v8> . Acesso em 13/12/2016.

uso do conceito de gênero, especialmente nas políticas de educação, saúde, legislação e direitos humanos. (FURLANI, 2016).

Para esta pesquisadora, não existe um campo de pesquisa nos meios acadêmicos de tal categoria de estudo chamada “ideologia de gênero”. Este termo foi uma narrativa construída no interior de algumas organizações católicas e, posteriormente, apropriada por um número significativo de igrejas evangélicas, para, como diz a pesquisadora, retroceder a algumas políticas públicas criadas para proteger as mulheres e, sobretudo, a população LGBT.

Segundo Fernanda Marina Feitosa Coelho (2016, p. 4), “a primeira vez que o termo ideologia de gênero foi apresentado aconteceu na Conferência Episcopal Peruana, como primeira referência de um organismo oficial da Igreja, ao que vários outros documentos posteriores passarão a denominar ideologia de gênero”.

Portanto, Coelho (2016), bem como Furlani (2016), argumentam que este termo foi construído vagarosamente e paulatinamente, desde 1998, na Conferência Episcopal Peruana e absorvido pelos discursos evangélicos, desembocando com maior veemência na votação do PNE, PEE e PME em 2015/2016.

Este termo passou a gerar pânico social, pois várias construções teóricas falsas e inverídicas foram postas sobre o termo “gênero”, que não condizem com as mais sérias pesquisas sobre gênero e sexualidades.

Esses religiosos, ao adotarem o termo “ideologia” de gênero, desfiguraram completamente os “estudos de gênero” realizados/as pelos/as mais renomados/as especialistas do Brasil e do mundo. A ideia era provocar pânico geral.

Souza (2014, p. 198), menciona que

A tal ideologia de gênero, como ameaça a ser combatida a qualquer preço, pulula nas redes sociais católicas e evangélicas. São dezenas de sites, centenas de blogs, milhares de curtidas em facebook e outros recursos virtuais utilizados na luta pelo estabelecimento dos significados sociais (...) O objetivo de toda esta campanha é criar este tipo de pânico moral contra gênero e contra o feminismo, evocando um tema cujo sentido tem sido pautado pela agência de segmentos conservadores: a sexualidade.

Estes medos e fobias adotados por estes setores são os dos mais bizarros possíveis, com comprovação nas discussões em Paulo Lopes. Exemplos como pai e mãe não poderão mais definir o sexo do bebê ao nascer, será construído um só banheiro para meninos e meninas nas escolas, o sexo da criança será definido por ele/a quando jovem,

as crianças, adolescentes e os jovens serão incentivados a não respeitarem e aderirem à família patriarcal e heterossexual, os/as professores/as terão que ensinar as crianças a se masturbarem e outros enunciados.

No entanto, o que se vê, de acordo com as poucas e parcas pesquisas, é que esse foi um termo gestado no interior de algumas organizações católicas e usado pelos evangélicos para assustar, amedrontar, provocar pânico e impedir as políticas públicas de educação para gênero e sexualidade, comprometendo a proteção, amparo e respeito às mulheres e, sobretudo, à população LGBT.

Finalizamos com Furlani (2016) de que

Os estudos de gênero não buscam a destruição da família – como a Igreja Católica afirma. Mas sim a destituição da família natural (pai x mãe x filho da família biológica) da posição social de modelo único, normal e hegemônico. O que é inaceitável para aqueles que criaram a narrativa de ideologia de gênero é a existência de múltiplas famílias, inclusive as adotivas, homoafetivas, monoparentais, interracialias, substitutas, de passagem, inter-geracionais, etc.

Portanto, o objetivo último dos estudos de gênero e da inserção da categoria de estudos de gênero nos plano nacional, estadual e municipais de educação é promover uma sociedade onde o respeito, o amparo, o carinho e o amor sejam regras, condutas e a tônica de todas as pessoas para com todas as pessoas, em especial, para os que já são sofridos e marginalizados socialmente como as mulheres e os gays, lésbicas, transexuais, bissexuais entre outros/as – para que se possa construir se possível, a partir da escola, uma sociedade menos violenta, menos homofóbica, mais justa, fraterna e inclusiva, sem discriminações e preconceitos de qualquer tipo.

Capítulo V – Dialogando com os/as autores/as

A epígrafe deste trabalho é bastante questionadora, ao nos propor a reflexão: “Nós vos pedimos com insistência: nunca digam isso é natural”. A voz de Bertolt Brecht ecoa para aqueles/aquelas que entendem que as práticas culturais são construídas socio-historicamente e não algo natural. No entanto, muitas pessoas ainda tentam naturalizar o que são constructos sociais e históricos e que se transformam no decorrer do tempo. E quando se fala em gênero, sexo, sexualidades - estes termos tomam proporções ainda maiores, conforme presenciamos nas falas feitas durante a apreciação e votação do Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes.

Embora saibamos que um plano de educação contemple diversas metas e estratégias, nesta discussão a polarização se deu em torno da palavra gênero e sua inserção ou não no plano para serem trabalhadas nas unidades escolares enquanto currículo de ensino. E, neste sentido, a fala dos contrários à inclusão do termo gênero e seus derivados eram marcados por uma postura naturalizante, biologizante, heteronormativa e patriarcal.

Argumentos como “quero que os legisladores municipais retirem qualquer palavra que interprete a sexualidade homem/mulher dissociada de corpo”, “que atinja a família natural” ou que “Deus criou o homem: macho e fêmea os criou”, ou que os vereadores “votem pela família”. Temos vários discursos que estão aqui interrelacionados.

O primeiro deles tem a ver com a biologização do sexo e das sexualidades. Ao enfatizar a idéia de que Deus criou macho e fêmea e que nada deve interpretar homem/mulher dissociada de corpo, estes indivíduos pautam-se somente por um tipo de sexualidade, biologizam completamente o corpo e impõe uma naturalização normativa e heterossexual. Biologiza-se o corpo e despreza-se uma série de outras possibilidades de experienciar o corpo, o sexo e as sexualidades.

Bourdieu no diz que

O mundo social constrói o próprio corpo como realidade sexualada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Este programa social da percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele quem constrói as diferenças entre os sexos biológicos, confirmando os princípios de uma visão mítica de mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, elas

mesmas inscritas com a divisão do trabalho na realidade da ordem social. (BOURDIEU, 2016, p.24)

Bourdieu trabalha com a noção de construção social dos corpos e não com uma visão naturalizante de corpo. Wolff (2015, p. 34), acrescenta que

A própria noção de sexo enquanto uma característica natural e biológica começou a ser questionada. Os estudos do historiador Thomas Laqueur, mostram que o conhecimento médico, por exemplo, ao longo da história, variou bastante no que era considerado sexo masculino e feminino, especialmente em estabelecer quais seriam as diferenças entre um e outro. Para os médicos gregos de tradição de Galeno, haveria apenas um sexo, masculino, sendo que nas mulheres, os mesmos órgãos estariam apenas dispostos diferentemente no corpo: ao invés de estarem expostos, o pênis e os testículos estariam “para dentro”, equivalente à vagina e aos ovários. Ou seja, Laqueur argumenta que o gênero, enquanto sistema de hierarquia é anterior ao sexo.

Assim, a idéia de “corpo natural” da Idade Média não corresponde ao “corpo natural” dos dias de hoje. Ainda para nos ajudar mais na reflexão, Bourdieu (2016, p. 29) comenta que

Assim a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente exposta à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças ou dos obscurecimentos de certas semelhanças.

Percebe-se, desta forma, que, nos estudos das ciências sociais e humanas, “o corpo é uma construção social” e é por isso que vários indivíduos assumem sua sexualidade diferente da apresentada pelo seu corpo, como o trans-homem ou trans-mulher. Desconsiderar, no campo da educação, pessoas que têm uma orientação sexual diferente da apresentada pelo seu corpo é algo preconceituoso, discriminador e estabelece relações de poder.

Louro (1997, p.67) acentua que

Além disso, tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber os não ditos, aquilo que é silenciado, - os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento - negação dos/as homossexuais e da homossexualidade – pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas talvez se pretenda

eliminá-los/as ou, pelo menos, se pretende evitar que os alunos ou as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Após o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da norma. A ignorância (chamada por alguns de inocência) é vista como a mantenedora dos valores e dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às gozações e aos insultos dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos.

Logo, é a partir dos corpos que se criam as desigualdades sociais e de gênero, os preconceitos, as discriminações, as fobias, as indiferenças e, por que não dizer, a própria morte desse ser e corpo diferente.

Educadores e educadoras têm que refletir sobre seus currículos, planejamentos e aulas para investigar se, ao realizarem o trabalho docente, não estão pautados somente num tipo de realidade social, numa única prática heteronormativa e sexista e, a partir daí, mudar para uma prática educativa mais aberta, dinâmica e que contemple todas as diversidades sexuais na sala de aula.

Outra observação que se faz, dos argumentos dos representantes dos grupos religiosos, sobretudo, católicos e evangélicos é que “ludem para manter a família natural”, “votem pela família”, ou “a família foi algo criado por Deus no início da humanidade”. Quando nos deparamos com argumentos dessa natureza, estamos diante da família patriarcal e heterossexual como único modelo de família supostamente criado por Deus, no início da humanidade. Porém, mais uma vez, entende-se família, ou melhor, famílias, como construções de determinados contextos históricos e que mudam constantemente nos diferentes espaços e épocas. Assim, sabemos que a noção de famílias hoje não é a mesma de Roma, Grécia ou entre o povo judeu antigo.

E, mesmo na atualidade, existem diferentes formações de famílias, desde os/as filhos/as de pais que crescem nas casas dos avôs, filhos/as que só crescem com o pai ou com a mãe devido à separação e/ou divórcio dos mesmos, ou até como anunciado pela mídia e perceptível na sociedade, já é comum na atualidade, filhos/filhas de casais homoafetivos, sejam esses casais homens com homens ou mulheres com mulheres.

Não podemos desconsiderar os filhos/as dessas famílias que adentram ao espaço escolar e cabe-nos acolher e oferecer todas as possibilidades para que eles tenham bons estudos, aprendizado e desempenho, tanto quanto os demais filhos/as dos casais

heterossexuais. Independente de que constituição familiar eles venham, a escola é um espaço aberto, diverso, plural, heterogêneo.

Outra questão que se coloca como problemática foi a inclusão da categoria “gênero” no PME/PL. As falas dos vereadores são elucidativas disto. Os/as vereadores/as que responderam ao questionário disseram que entendiam gênero como na língua portuguesa, ou seja, como masculino e feminino, ou como sinônimo de sexo que distingue homem de mulher, macho e fêmea. Entendemos, a partir dessas informações, que, embora a academia já tenha uma longa caminhada de discussões, debates e produzido uma série de artigos, livros, teses e dissertações sobre a temática, esta produção ainda não chegou à sociedade, ou, se chegou, não foi bem compreendida. Mas, então: o que seria gênero? O que as produções acadêmicas têm a nos dizer? Quais as implicações da retirada da categoria de estudos de gênero e seus derivados – diversidade sexual, identidade sexual, orientação sexual, entre outros, - de um plano municipal de educação?

Joana Maria Pedro, no texto “Traduzindo o debate – o uso da categoria gênero na pesquisa histórica” – traz um pouco da história do uso dessa categoria de estudos nas ciências humanas e sociais e como se construiu e se constituiu, no decorrer da história.

Ela nos informa que a categoria histórica gênero é influenciada pela nossa gramática da língua portuguesa e nos leva à noção de masculino e feminino. Nosso idioma não tem termo neutro para gênero. Assim prossegue

Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada, mesmo assim as palavras que as designam na nossa língua lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras, na maioria das línguas, têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres nos anos oitenta, passaram a usar a palavra gênero no lugar de sexo. Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do sexo como questão biológica, mas sim eram definidos pelo gênero e, portanto, ligadas à cultura. (Pedro, 2015, pp. 116-117)

Continua a autora, narrando toda a trajetória da história de gênero e como esse uso se deu já nos primeiros movimentos sociais das mulheres do século XIX, ao reivindicar e lutar por direitos civis e direitos humanos, enfim, igualdade e respeito.

O uso da categoria gênero prolonga-se no século XX, com a introdução do pensamento de Simone de Beauvoir, que dá um novo sentido à palavra mulher, ao dizer

que “as mulheres não nascem mulheres, tornam-se mulheres”, ou seja, a idéia de que mulher é fruto de concepções sociais no tempo e, por fim, Pedro, traz as contribuições de Joan Scott aos dizer que

(...) tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundada sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder. (Pedro apud Joan Scott, p.125)

Aqui se constitui um novo momento para os estudos de gênero. **Gênero estabelece relações de poder.**

Essa relação de poder na sociedade se dá entre homens e mulheres, onde geralmente homens exercem um poder de dominação e poder, configurando a nossa sociedade como uma sociedade patriarcal e machista. E essas relações de poder, supostamente naturalizadas, na escola devem ser historicizadas e desnaturalizadas.

Mais uma vez é preciso afirmar que

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processos de avaliação são seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores (...). É indispensável questionarmos, não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentido nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. (Louro, 1997, p. 64)

Mas segue Joana Maria Pedro em suas argumentações, trazendo as contribuições de Judith Butler para o debate, ao dizer que “gênero é quase sempre pensado em relação ao sexo biológico, mas quando se trata de gays e lésbicas esses termos não coincidem”. Assim, Judith Butler traz o conceito de “gênero enquanto discurso” ou “a performatividade de gênero é um efeito discursivo”. Para Judith Butler “o próprio sexo é gênero”.

Por conseguinte, Judith Butler, nos dá elementos para entendermos e compreendermos os meninos homossexuais, as meninas lésbicas, as transexuais e transgêneros que, embora apresentem o sexo biológico de determinada forma (com órgãos genitais masculinos e femininos, ou não), isto necessariamente não corresponde à sua sexualidade. Pois pênis/vagina pode não significar nada para ele/ela, pois sua orientação afetiva/sexual e identidade de gênero não estão vinculadas à sua anatomia sexual biológica.

Mais uma vez, gênero impõe relações de poder, pois, se a dominação masculina sobre as mulheres já é algo assustador e brutal, imagina sobre meninos e meninas que têm orientação e desejo afetivo/sexual diferente dos da maioria. E na escola esta relação de poder é extremamente alicerçada, pois,

... consiste em pensar que os/as alunos/as são muito jovens para serem “identificados/as como gays ou lésbicas” ou que eles não têm nenhum contato com “formas gays e lésbicas de sociabilidade”. Para ela isso representa por um lado negar a presença de uma sexualidade nas crianças e adolescentes e, por outro, imaginar que não existem pais, mães, parentes, ou amigos/as homossexuais com os quais esses jovens possam ter relacionamentos. (Louro, 1997, p. 139)

Ainda, nesta mesma linha de pensamento, comentando sobre os mitos que rondam a educação escolar, Louro (1997, p. 139) expõe que

Relegando a homossexualidade ao lado doente, anormal, impróprio, nocivo, e levando, conseqüentemente, aqueles e aquelas que se identificam como homossexuais a se refugiar no segredo e no silêncio. Ao conceber a heterossexualidade como normal e natural, nega-se toda e qualquer identidade (sexual, étnica, de classe ou de gênero) seja uma construção social, que toda a identidade esteja sempre em processo, portanto, nunca pronta ou fixa. Pretende-se que as identidades sejam – em algum momento mágico – congeladas.

Desse modo, conhecer a evolução histórica de gênero é conhecer a história de seres humanos que são sexualmente diversos e que, no tempo e no espaço, reelaboram e ressignificam sua sexualidade e seu gênero e vivem suas experiências sexuais de diversas formas, enfim alguém que VIVE.

A escola deve, como espaço público e plural, respeitar todos os/as estudantes com suas diferentes sexualidades, sejam elas, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, entre outros.

Uma das respostas dadas pelo questionário foi que o sistema educacional brasileiro já conta com uma série de documentos e orientações para a inclusão dos temas ligados a gênero e sexualidade em nossas aulas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais (Orientação Sexual), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e a Proposta Curricular de Santa Catarina, atualizada em 2014, que traz como seu eixo central o princípio formativo de respeito às diversidades. Mas a Proposta Curricular indaga: de que diversidades estamos falando?

E aponta diferentes diversidades que devem ser trabalhadas e abordadas em salas de aulas como princípio formativo e educativo, como a Educação para as Relações Etnicorraciais (ERER), a Educação Escolar Indígena, a Educação do Campo, a Educação Escolar Quilombola, a Educação Ambiental, a Educação Especial, a Educação para a Diversidade Sexual e a Educação para as Relações de Gênero, mencionando que

Ao se falar em gênero, não se fala apenas de macho ou fêmea, homem e mulher, a partir do olhar biológico. O gênero remete também a outros corpos. Remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configurações de identidades em outros sujeitos. É a partir dessa categoria gênero que sujeitos LGBT podem ser compreendidos no mundo social atual, o que torna essa categoria imprescindível aos sujeitos da diversidade sexual. (PC/SC, 2014, p. 59).

Assim, a escola é ambiente propício para discutir e aprender sobre esses outros corpos. Para que os conceitos de gênero, sexo, sexualidades e termos derivados possam ser entendidos e compreendidos de forma clara e segura. Jimena Furlani (2011, p. 120), ao se pronunciar sobre isso, diz que

Levando a discussão para o âmbito da educação formal, a escola adquire assim importância fundamental. Primeiro, porque é no processo de escolarização que o conhecimento sobre relações humanas de desigualdade em relação ao gênero, raça, etnia, orientação sexual se produzem e se reforçam; segundo, porque é na escola que, a partir desses conhecimentos, as diferentes identidades serão formadas e reforçadas nas crianças, nos jovens e nos adultos; terceiro, porque todos esses significados e as representações construídas na sociedade estão latentes nesta instituição, ao mesmo tempo, com espaço privado (doméstico) e o espaço público. Lida, portanto, com a dinâmica do micro e macro nas relações de gênero e seus significados.

Interessante observar que os/as entrevistados/as, ao responder a questão 7: “você acha que meninos homossexuais e meninas lésbicas podem sofrer preconceitos e se evadir da escola?, Tanto os/as vereadores/as, como os religiosos, mencionaram que não. Que não sofreriam discriminação e nem se evadiriam. No entanto, quando se abrem os jornais, ou os meios eletrônicos como internet, redes sociais específicas, que tratam do tema, entre outros, o que se vê é um número absurdo de violências e assassinatos de adolescentes e jovens LGBT que sofreram e sofrem preconceitos seguidamente por serem diferentes. Os relatos e testemunhos de jovens sobre as agruras do ambiente escolar não são poucos. Ainda mais, as mortes de mulheres e as violências físicas e

simbólicas da mulheres neste Brasil são assustadoras e lotam as delegacias de mulheres todos os dias. E, por fim, quando adolescentes e jovens sofrem abuso sexual, muitas vezes não sabemos o que fazer, mas nos alerta Furlani, (2011, p. 92)

A educação sexual tem sido chamada a considerar e a refletir sobre um problema social: os casos em que crianças e jovens são vítimas de abuso sexual e/ou pedofilia. As atividades de educação sexual, sobretudo, aquelas que discutem o corpo humano, voltadas ao desenvolvimento da autonomia pessoal e corporal, podem ajudar as crianças a identificar o momento em que a pessoa adulta “ultrapassa” os limites da sua intimidade, causando-lhes constrangimentos. Além disso, as atividades pedagógicas sistemáticas, comuns ao currículo escolar, podem contribuir para que crianças e jovens reconheçam a existência de uma “cultura sexual” na escola (que conversa sobre o assunto) e, portanto, de apoio e encorajamento nos casos de dúvida, receio e/ou medos, por parte da criança em denunciar um/a abusador/a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstra o quanto a nossa sociedade ainda é machista, patriarcal e heteronormativa, e o quanto a nossa democracia ainda é limitada e restritiva. Durante as falas dos/as vereadores/as, escutamos que, mesmo sabendo que era pouco tempo para a discussão do Plano Municipal de Educação/PL, e com pouco domínio das metas e estratégias polêmicas, iriam votar pela retirada da palavra gênero em respeito à população e a “massa que se encontrava lá”, como mencionou um/a vereador/a. Aqui, a ideia de democracia fica prejudicada, no sentido que os legisladores deveriam votar de acordo com o que se decidiu nas audiências públicas – estes sim, verdadeiros espaços democráticos de diálogo, discussão e participação – e não por serem pressionados por uma pequena parcela da população que, sequer sabia do que se tratava, ou de uma minoria de religiosos/as que promovia a demonização da suposta ideologia de gênero. Os/as vereadores/as, ao fazerem isso, percebe-se o quanto o sentido de representatividade aqui é mal interpretado.

Os/as vereadores/as, ao atenderem a uma ínfima parcela da população, desconsideraram a diversidade de meninos e meninas que entram no espaço escolar diariamente, com suas sexualidades à “flor da pele”, às vezes, sexualidades estas condizentes com a maioria, às vezes divergentes e, por isso, abafadas e silenciadas por medo da família e colegas e cheios de dúvidas, “implorando silenciosamente”, para que os educadores/educadoras abordem tal assunto em uma de suas aulas e, assim, minimizar um pouco de sua angústia existencial, de muitas vezes, terem de carregar em si uma identidade sexual que não lhes pertence, como os exemplos dos “meninos que não se assumem”, por medo de represálias.

Ao mesmo tempo em que condenaram a inclusão do termo gênero no PME/PL, “por tabela” silenciaram as discussões sobre as milhares de mortes e violências contra travestis, transexuais e homossexuais no Brasil, como também a violência física e simbólica contra a mulher, apesar de colocarem em algumas metas e estratégias “combate aos preconceitos e todo tipo de discriminação” e “respeito às diversidades”.

No entanto, a escola é, e continuara sendo, o espaço por excelência de diálogo, de discussão e, sobretudo, de conhecimento para a vida, onde as pessoas, sejam elas quais forem e como forem, possam apreender o saber e o conhecer para melhor entenderem e compreenderem, também, emocionalmente, suas vidas.

O ambiente escolar deve ser o espaço de vida e não de morte. De sorrisos e não de tristezas. De realidades e não de sonhos e, principalmente, o lugar para se aprender a viver o AMOR. QUALQUER AMOR.

REFERÊNCIAS

1. **Assassinatos de LGBT no Brasil: Relatório 2015.** Disponível em <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>. Acesso em 5/11/2016.
2. AZEREDO, Reinaldo. **O IBGE e a religião – cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%%; evangélicos já são 22,2%.** 2012. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-ibge-e-a-religiao-%E2%80%93-cristaos-sao-868-do-brasil-catolicos-caem-para-646-evangelicos-ja-sao-222/>
Acesso em 15 de Nov. 2016.
3. **Bíblia de Estudos Pentecostais.** Almeida Revista e Corrigida. Edições CPAD, 2002.
4. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina. A condição feminina e a violência simbólica.** 3ªed. Rio de Janeiro. BestBolso, 2016, 174 p.
5. BRASIL. **A construção e a revisão participativa de Planos de Educação –** São Paulo: Ação Educativa, 2013, 1ª edição. Disponível em http://www.deolhonosplanos.org.br/wpcontent/uploads/2013/04/Guia_de_Participacao_Planos_Educacao.pdf Acesso em 07/11/2016.
6. BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20112014/2014/lei/113005.htm
.Acesso em 21/06/2016.
7. BRASIL, Portaria nº 1.410, de 03 de dezembro de 2012, **dispõe sobre a II Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014.** Disponível em Diário Oficial da União – seção I, nº 233, terça-feira, 04 de dezembro de 2012.
8. BRASÍLIA, **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professores em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: SPM, 2009, edições 2012.
9. CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). **CNBB divulga nota sobre a ideologia de gênero nos planos de educação.** Disponível em: http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16732:cnbb-divulga-nota-sobre-a-inclusao-da-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao&catid=114&Itemid=106. Acesso em 15 de Nov. 2015.
10. COELHO, Fernanda Marina Feitosa. **Ideologia de gênero – origens e consagração no Brasil.** In: II Simpósio Internacional da ABHR, XV Simpósio

- Nacional da ABHR. História, gênero e religião – violências e direitos humanos. UFSC, Florianópolis, SC, 2016, p. 1 – 10.
11. DAUDEN, Laura. Mulheres sob ataque. **ISTO É**. São Paulo. Ano 37. nº 2259. pp. 46-51, 06 de março/2013.
 12. DOCUMENTO FINAL – Conferência Nacional de Educação 2014.
 13. FERNANDES, Rubeneide Oliveira Lima. **Movimento Pentecostal, Assembleia de Deus e a educação formal**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2006.
 14. FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa perspectiva de respeito às diferenças**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.
 15. FURLANI, Jimena. **Ideologia de gênero – parte 1/6 – Quem criou, por que e para quê?** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10I0v8>. Acesso em 12/12/2016.
 16. GWERCAMAN, Sérgio. Evangélicos. **Superinteressante**. 31 de janeiro de 2004. Disponível em <<http://super.abril.com.br/historia/evangelicos/>>. Acesso em: 07 de Nov. de 2016.
 17. GRANJEIA, Julianna & GRANDELLE, Renato Conservadorismo e bancada evangélica ferem igualdade de gênero, diz governo. **O GLOBO**. São Paulo. 09/03/2015. Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/conservadorismo-bancada-evangelica-freiam-igualdade-de-generos-diz-governo-15539562>. Acesso em: 07/11/2011.
 18. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421230&idtema=16&search=santa-catarina|paulo-lopes|sinthese-das-informacoes>. Acesso em 06/11/2016.
 19. JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
 20. KLEIN, Remi. Questões de gênero e sexualidade nos planos de educação. **Coisas de gênero**. São Leopoldo. vol. 1, nº 1, pp. 145 – 156, ago/dez. 2015.
 21. LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação – uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.
 22. MACEDO, Emiliano Unzer. **Pentecostalismo e religiosidade brasileira**. TESE (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2007.

23. MARANHÃO, Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Apresentando conceitos nômades: entregêneros, entremobilidades, entresexos, entremobilizações. In: **História Agora**. São Paulo. vol. 1, nº 14, p. 17-54, 2012.
24. MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural – iniciação, teoria e temas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982, 528 pp.
25. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate – o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: GROSSI, Miriam Pillar & GARCIA, Olga Regina Zigelli. **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola**. Livro I, módulo I. Florianópolis, SC: Instituto de Estudos de Gênero, UFSC, 2015, 141 p.
26. Renovação Carismática Católica. **Texto-base do PNE é aprovado sem ideologia de gênero**. 24 de abril de 2014. Disponível em <http://www.rccbrasil.org.br/institucional/index.php/artigos/938-texto-base-do-pne-e-aprovado-sem-ideologia-de-genero> . Acesso em 07/11/2016.
27. Santa Catarina, Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE para o decênio 2015 -2024 e estabelece outras providências**. http://www.sc.gov.br/images/banners_conheca_sc/documentos/Plano%20de%20Educao.pdf. Acesso em 21/06/2016.
28. Santa Catarina. Lei nº 1648/2015 – **Aprova o Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes – PME**. Diário Oficial dos Municípios. Edição nº 1814, de 26 de agosto de 2015.
29. SANTA CATARINA, **Proposta Curricular de Santa Catarina. Formação integral na educação básica**. Secretaria de Estado de Educação. 2014, 192 p.
30. SOUZA, Lúcia Aulete Burigo de & GRAUPE, Mareli Eliane. Gênero e Educação: A implantação de políticas públicas. **X AMPED**, Florianópolis, SC: outubro de 2014.
31. SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. **Estudos de religião**. vol. 27, nº 1, 2013, pp.177 – 201.
32. SOUZA, Sandra Duarte de. “Não a ideologia de gênero!”. A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de religião**. vol. 28. nº 2, 2014, pp. 188 – 204.
33. WOLFF, Cristina Scheibe & SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades. **Revista retratos da escola**. vol. 9, p. 29 -46, nº.16. Jan/jun. 2015.

ANEXO I

Entrevista: Vereadores/as:

1. Você já tinha ouvido falar de gênero antes desse debate para a aprovação do Plano Municipal de Educação do Município? Para você, o que era gênero? E agora, o que é gênero?
2. Você já tinha ouvido falar em violências relacionadas a gênero ou já presenciou alguma violência de gênero no município?
3. Você votou com conhecimento do tema?
4. Você recebeu ou leu algum material para se embasar, fundamentar e votar contra as questões de gênero? O que dizia esses materiais?
5. Você votou favorável à inclusão do termo gênero e identidade de gênero no Plano Municipal de Educação?

() sim

() não

Justifique:

6. Se você votou **NÃO** às questões de gênero e identidade de gênero e relações sexuais afetivas no Plano Municipal de Educação, assinale, nas opções abaixo, o que possivelmente o levou a isso:
 - a) Conhecimento do tema;
 - b) Pressão popular
 - c) Desconhecimento do tema
 - d) A consciência mandou
 - e) Princípios religiosos.
 - f) Outros: _____
7. Você acha que meninos homossexuais, meninas lésbicas e os transexuais podem sofrer preconceitos e discriminações e se evadir da escola?

() sim () não
8. Quais seriam as políticas públicas importantes e diretrizes para coibir, minimizar e evitar as práticas discriminatórias, preconceituosas e homofóbicas em relação

às crianças e adolescentes que, nas escolas, apresentam uma identidade de gênero diferente da maioria?

9. Qual foi, para você, a importância dos pastores e representantes de igrejas, para a eliminação do termo gênero no dia da votação do Plano Municipal da Educação?
10. Você acha que os discursos dos grupos religiosos e demais sujeitos que falaram no dia da votação do Plano enfatizaram a necessidade de se construir uma sociedade mais justa, mais fraterna e com igualdade de gênero nas escolas do município? () sim () não. Justifique:

ANEXO II

Entrevista: Outros sujeitos participantes do processo

1. Você já tinha ouvido falar em gênero antes desse debate e/ou sessão? Para você, o que era gênero? E agora, o que é gênero?
2. Você já tinha ouvido falar em violências relacionadas a gênero ou já presenciou alguma violência de gênero no município?
3. Você, ao “discursar”, argumentou com conhecimento do tema?
4. Você argumentou favorável ou contra a inserção do termo gênero e identidade de gênero no Plano Municipal de Educação do Município? Você recebeu ou leu algum material para embasar e fundamentar suas argumentações? Quais? O que diziam esses materiais?
5. Se você argumentou contrário às questões de gênero e identidade de gênero no PME, assinale, nas opções abaixo, o que, possivelmente, o levou a isso:
 - g) Conhecimento do tema
 - h) Pressão popular
 - i) Desconhecimento do tema
 - j) A consciência mandou
 - k) Princípio religioso
 - l) Outro: _____
6. A sua concepção religiosa influenciou ao argumentar favorável ou contra os estudos de gênero no PME?
7. Você considera que os grupos religiosos, em seus discursos, enfatizaram a necessidade de se construir uma sociedade, mais justa, fraterna e igualitária, onde não houvesse discriminação em nenhum aspecto na escola, em especial, a homofobia, a transfobia, a lesbofobia?

() sim () não Por quê?
8. Você considera que a não inclusão de gênero nos Planos Municipais de Educação pode significar violências físicas e simbólicas nas unidades escolares?
9. Você considera que meninos homossexuais, meninas lésbicas e as transexuais bem como outras identidades de gêneros e sexuais, diferentes dos heterossexuais, podem sofrer preconceitos e discriminações e se evadir da escola?

() sim () não

10. Quais seriam as políticas públicas importantes para coibir, minimizar e evitar as práticas discriminatórias, preconceituosas e homofóbicas em relação às crianças e adolescentes, que, na escola, apresentam uma identidade de gênero diferente da maioria?

